

SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL E SUA CONTABILIDADE: RELATÓRIOS DIVULGADOS EM PORTUGAL, VIA *INTERNET*.

Domingos da Silva Duarte
Mestre em Contabilidade e Administração
Docente do ISCAP
Técnico Oficial de Contas
dsduarte@iscap.ipp.pt

RESUMO

O tema da Sustentabilidade Empresarial aqui analisado, está relacionado com as respectivas práticas contabilísticas e inerentes DF-Demonstrações Financeiras divulgadas pelas empresas. A nossa motivação por esta temática resulta de sentirmos uma crescente insatisfação, manifestada por diferentes utilizadores, porque a informação contida nas DF, em modelo tradicional, é considerada muito insuficientes face às novas e crescentes necessidades sociais. Então, o objectivo principal desta nossa investigação é recolher reflexões associadas ao tema, identificar as carências informativas dominantes e possíveis soluções de melhoria.

Pela revisão da literatura específica confirmamos a existência de crescentes preocupações internacionais no âmbito desta insuficiência informativa, manifestadas por académicos e profissionais de diferentes origens. O relato do desempenho empresarial tende para utilizar informação mais qualificada com rigor, abrangência e fiabilidade. Tudo isso exige maior participação da contabilidade.

É imperioso que as actuais DF sejam melhoradas e na falta de normativos específicos a solução proposta, actualmente mais dominante, é da GRI-Global Reporting Initiative. Esse relato, aplicável de modo voluntário, é designado pela GRI como Relatório de Sustentabilidade o qual tende a ser divulgado, cada vez mais, por diferentes empresas

nacionais e internacionais.

Procuramos saber a situação actual desses Relatórios em Portugal, pela sua divulgação via Internet. Das 83 empresas seleccionadas concluímos: 22% das mesmas já o aplicam e em modelos que se aproximam das orientações da GRI; 50% das mesmas divulgam alguns conteúdos associados ao tema mas predomina a dispersão informativa e a forma descritiva, portanto não quantificada; os restantes 28% não divulgam qualquer informação deste âmbito; os valores e indicadores de desempenho constantes dos conteúdos relatados e com base contabilística são muito reduzidos; só alguns relatórios incluem certificação por empresas especializadas; destacamos as empresas do sector financeiro com melhores relatórios, atendendo à diversidade, fundamentação e extensão de conteúdos informativos divulgados.

As empresas seleccionadas não constituem uma amostra significativa de todo o universo empresarial instalado em Portugal. Então, as nossas conclusões sobre elas não poderão ser extensivas a todo esse universo mas poderão representar as melhores práticas existentes em Portugal porque essas empresas são aderentes do fórum BCSD Portugal-Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável e das orientações da GRI.

Não obstante as limitações encontradas parece-nos que este trabalho poderá propiciar um contributo válido para académicos investigadores desta temática e profissionais que partilhem destas novas necessidades de informação empresarial.

Palavras-Chave

Sustentabilidade; Contabilidade; Responsabilidade social; Desempenho sustentável; Desenvolvimento sustentável; Indicadores de desempenho sustentável.

INTRODUÇÃO

O tema que nos propomos investigar e aqui incluído relaciona a Sustentabilidade Empresarial (SE) e as Demonstrações Financeiras (DF) tradicionais produzidas pela Contabilidade da empresa.

Justificamos o nosso interesse por esta temática porque as DF empresariais em modelo tradicional divulgam informação que é considerada muito insuficiente face às novas e crescentes necessidades dos seus variados utilizadores. Entre estes destacam-se os utilizadores externos, nomeadamente os financiadores, investidores, analistas de mercado, financeiros e de *rating*. A nova sociedade tende a criar necessidades acrescidas de informação e reclama soluções adequadas que passam pelas DF da empresa. Então, estas DF devem integrar conteúdos informativos mais globais e orientados por critérios de maior rigor, abrangência, transparência e qualidade.

O objectivo desta nossa investigação é recolher reflexões associadas ao nosso tema e identificar as principais carências informativas de desempenho empresarial assim como soluções propostas para as mesmas. Também desejamos realizar um estudo exploratório de casos já divulgados em Portugal, nesse âmbito, e identificar as práticas empresariais actualmente existentes com base nos respectivos Relatórios de Sustentabilidade.

A metodologia seguida para a concretização do nosso objectivo começou pela revisão da literatura específica do tema. Daí extraímos conteúdos variados que nos ajudaram a criar um guião de apoio à recolha dos dados informativos divulgados pelas empresas objecto da nossa análise e considerados mais interessantes. Os dados recolhidos foram procedentes das páginas da *Internet* das empresas seleccionadas, completados com a informação de alguns Relatórios de Sustentabilidade a que tivemos acesso, recolhida com o apoio dum segundo guião e analisada com recurso ao método da frequência estatística.

Para essa análise utilizamos uma amostra de 83 empresas instaladas em Portugal, associadas do BCSD Portugal e com referência a 12/06/2006.

A estrutura informativa deste artigo contém três secções: na primeira incluímos a revisão da literatura específica do nosso tema; na segunda relacionamos os relatórios de sustentabilidade e as demonstrações financeiras empresariais; na terceira apresentamos um estudo

exploratório comparativo sobre práticas em Portugal no âmbito dos relatórios de sustentabilidade; finalmente apresentamos as conclusões da investigação desenvolvida e algumas sugestões para possível investigação futura.

I. SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL E CONTABILIDADE – REVISÃO DA LITERATURA

Nesta secção apresentaremos o enquadramento teórico do tema em análise, destacando dele os conceitos que lhe estão associados e utilizados por diferentes autores, assim como resultados de trabalhos de investigação entretanto já realizados e que constam das nossas referências bibliográficas.

Identificamos na revisão da literatura algumas expressões que tendem a ser muito utilizadas nesta temática, designadamente Sustentabilidade Empresarial, Responsabilidade Social, Desempenho Sustentável, Desenvolvimento Sustentável e Indicadores de Desempenho Sustentável. Iremos caracterizar, seguidamente, estas expressões de acordo com o entendimento de diferentes autores e procurar relacioná-las com a contabilidade empresarial.

1.1 Sustentabilidade Empresarial

A sociedade moderna está envolvida por grandes e contínuas mudanças do âmbito económico, político, tecnológico, cultural, social e ambiental, com efeitos determinantes na sustentabilidade das unidades económicas em geral. Essas mudanças afectam a sobrevivência e continuidade das empresas e seus reflexos em toda a economia. As barreiras físicas e culturais existentes assim como o aumento da globalização empresarial criam novas realidades de informação contabilística que é orientada para crescentes desafios e necessidades sociais. Reclama-se melhor conhecimento da situação global da empresa sobre o seu desempenho passado, verdadeira situação patrimonial e participação social. Nessas necessidades incluem-se diferentes parceiros sociais como colaboradores dos diferentes níveis da empresa, investidores que procuram as bolsas de valores, analistas de *rating* e de mercados, financiadores, associações amigas do ambiente e do

desenvolvimento social, auditores e as autoridades governamentais.

A sustentabilidade empresarial poderá ser relatada em documento privilegiado de comunicação entre a empresa e os seus parceiros sociais, completando assim as tradicionais DF. Nesse documento deverá ser divulgada informação global da actividade da empresa, indicadores específicos do seu desempenho e respectivo relacionamento com os procedimentos contabilísticos.

A sustentabilidade é um conceito que está associado a práticas operacionais relevantes de continuidade e desenvolvimento de uma empresa, considerada unidade económica e que se projecta num horizonte temporal para além do curto prazo. Nesse sentido a sustentabilidade da empresa resulta das suas capacidades para criar riqueza e partilhá-la mas sempre com respeito por critérios que favoreçam o seu desenvolvimento social interno e externo. No centro desse desenvolvimento incluem-se os colaboradores, considerados imprescindíveis e valiosos em todo o processo produtivo, desde que motivados para isso. É na pessoa do colaborador que se concentra a força humana empreendedora direccionada para a sustentabilidade da empresa e que poderá ou não incrementar o seu desenvolvimento futuro. Inclui-se também aí o envolvimento das pessoas externas, do ambiente e dos recursos indispensáveis à sobrevivência continuada da empresa. Toda essa dinâmica poderá proporcionar resultados sociais positivos e com efeito multiplicador, se estimulada, desde a sua origem e durante o percurso operacional da empresa.

Em Portugal foram conhecidos os primeiros passos sobre a sustentabilidade no ano de 1998, através da criação do PNDS-Plano Nacional para o Desenvolvimento Económico e Social (2000-2006). Surge então um documento governamental para definir os vários objectivos a serem alcançados neste âmbito de actuação e também foi reconhecido que o "...desenvolvimento sustentável é simultaneamente o maior desafio e a melhor oportunidade para a sociedade durante o próximo século". De seguida, em Junho de 2002, é divulgado em Portugal um documento para discussão pública no qual é definida a ENDS-Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável que foi apresentada na Cimeira para o Desenvolvimento Sustentável que decorreu nesse ano em Joanesburgo. Em 2004 o governo português assumiu a responsabilidade pela prossecução deste trabalho, adaptando as anteriores orientações e elaborando o PNDS (2005-20015). A sustentabilidade

é acolhida em Portugal pelo sector empresarial privado.

A nível internacional e com preocupações de sustentabilidade aparece a GRI que criou e promove o uso de directivas específicas de aplicação voluntária. A GRI (2002: 11) define sustentabilidade como "...desempenho económico, ambiental e social (conhecido como *triple bottom line*, ou "tripla linha de base") numa abordagem integrada.

Reforçando idêntico entendimento da GRI surge a AECA - *Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas* (2004: 23) referindo que a sustentabilidade empresarial está associada ao impacto da respectiva actividade e abrange a dimensão económica, social e ambiental. Então surge um compromisso da empresa para o desenvolvimento sustentável das suas actividades que poderá ser alcançado pela procura do constante equilíbrio entre a utilização racional dos recursos e a satisfação das necessidades da sociedade. Dessa prática resultará a eliminação progressiva dos impactos nocivos da actividade empresarial beneficiando assim a sociedade em geral. É indispensável a procura constante desse equilíbrio, medindo e registando os respectivos efeitos, processando a informação adequada com o apoio da contabilidade. Essa informação é determinante para melhorar os processos de decisão se divulgada pela via do relato do respectivo desempenho e dos seus indicadores específicos.

Ainda segundo a AECA (2005: 17) a informação de sustentabilidade tem como principal objectivo avaliar "...o comportamento socialmente responsável da entidade, seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e sua eficácia no cumprimento das suas funções económicas, sociais e do meio ambiente; e a capacidade da entidade para gerar externalidades socialmente responsáveis, que cubram as necessidades das diferentes partes interessadas". Essa associação também refere que a informação de sustentabilidade deve ser divulgada aos utilizadores externos da empresa de forma a permitir-lhes uma apreciação mais alargada, nomeadamente quanto à sua missão, visão, estratégia socialmente responsável e seu comportamento social ao longo de um certo período temporal. Internamente, essa mesma informação facilita a actividade dos órgãos de gestão, para avaliar e melhorar regularmente as suas decisões, dando-lhes oportunidades para aperfeiçoamentos sucessivos de operacionalidade.

Na perspectiva dos negócios o SAM- *Sustainable Asset Management* (2005) entende que a sustentabilidade empresarial é uma abor-

dagem adoptada pelas empresas para criar valor de longo prazo, beneficiando os seus proprietários, aproveitando oportunidades e gerindo riscos derivados do desenvolvimento económico, ambiental e social. Essa instituição também considera que as empresas sustentáveis são um investimento atractivo porque oferecem aos seus accionistas melhores retornos de resultados, porque tendem a criar mais riqueza e de modo continuado.

A sustentabilidade também é objecto de preocupações no âmbito das PME-Pequenas e Médias Empresas porque contam muito para o peso do tecido empresarial português e europeu. Em Portugal, conforme União Europeia (2006) o INE-Instituto Nacional de Estatística (1998) referiu que as PME representavam 99,5% do tecido empresarial português, garantindo 74,7% do emprego e 59,8% do volume de negócios nacional. Todavia, a respectiva dimensão média é muito reduzida (8 trabalhadores por empresa de PME). Atendendo ao peso significativo das PME no tecido empresarial europeu é desejável que estas empresas também incluam a sustentabilidade nas suas demonstrações periódicas. Assim, a GRI já iniciou a criação de documentos de reflexão para adaptar as suas Directrizes ao contexto das PME. Foi aberto o debate público em Portugal, para essa reflexão, que tem o apoio institucional da GRI. Em Outubro de 2006 ocorreu um seminário prático, organizado pela AECA, para provocar uma reflexão alargada a diversas personalidades do mundo académico e profissional, com o objectivo de diferenciar a pequena ou média empresa para a elaboração de um relatório específico sobre a sustentabilidade. Nesse sentido pretende-se simplificar os indicadores e facilitar o relato das PME sobre o seu compromisso social e ambiental

A sustentabilidade empresarial passa por práticas operacionais que adoptem atitudes positivas de cooperação social, procurando garantir a afirmação da empresa a longo prazo. Para isso é indispensável o diálogo e observância de princípios e valores éticos que limitem os relacionamentos sociais duvidosos, facilitando assim a boa resolução de eventuais dúvidas ou conflitos de interesses. Nesse desenvolvimento inclui-se a análise da acção governativa da empresa e das suas boas práticas de gestão com sentido de Responsabilidade Social.

1.2 Responsabilidade Social

A palavra Social, no entender de *Gonzalo et Zorita* (1998), tem um conteúdo muito amplo de acepções. Assim, a noção Social está ligada à distribuição, seja da riqueza criada e partilhada, seja do poder e distribuição das tarefas e responsabilidades. Aqui surge o conceito de RS-Responsabilidade Social que, segundo aqueles autores (1998: 19), significa “a obrigação moral que se adquire com o conjunto da sociedade como consequências dos possíveis erros ou falhas, constituindo-se esta como credora do que actuou com equívoco, e que tem a obrigação moral de reparar ou remediar os efeitos negativos produzidos com o seu erro, ou ao menos procurar não cometê-los no futuro”. Há assim um interesse público, que é definido pelo Código de Ética para o Profissional da Contabilidade e se identifica, segundo os referidos autores (1998: 20) com o “bem estar colectivo da comunidade de pessoas e instituições a que serve o perito contabilista”. Em Portugal existe um Código Deontológico aplicado aos Técnicos Oficiais de Contas e lhes exige que devem ter actuações coerentes com certos princípios, nomeadamente o da responsabilidade (artº 3º, d)) pelos actos praticados no exercício das suas funções.

A RS é um conceito que se associa à sustentabilidade empresarial porque pressupõe que a empresa adopte um código de valores e regras próprias de conduta que favoreçam o seu desenvolvimento e sobrevivência em modo equilibrado. Isso deve envolver os parceiros sociais externos (investidores, clientes, fornecedores, financiadores, Estado e outros) e os internos (elementos dos órgãos de administração e gestão, empregados e outros colaboradores). A RS só é assumida verdadeiramente se existe um modelo ético de gestão na empresa, onde sejam praticados valores específicos como a transparência, sustentabilidade, defesa dos direitos humanos, não discriminação de raça, de sexo, de religião, capacidade física ou mental, abolição do trabalho infantil, defesa do ambiente, promoção do desenvolvimento local, colaboração em operações para minimizar fraquezas sociais como desemprego, doenças, fome, analfabetismo e outras. A imagem e o conceito interno e externo da empresa serão afectados positivamente por efeito dessas práticas. Isso resulta da empresa evidenciar uma conduta socialmente responsável, de criar um compromisso com a sociedade local, de reter e atrair colaboradores, de criar nos clientes uma imagem positiva e transmitir

uma imagem de transparência aos investidores e analistas financeiros.

A RSE-Responsabilidade Social da Empresa surge como um novo paradigma da gestão quando orientado para o seu desenvolvimento sustentável. Isso exige práticas concretas, nomeadamente uma estratégia que promova a empresa e também a sociedade onde actua. Também é exigido o meticoloso cumprimento dos deveres sociais tais como prazos de pagamentos de ordenados, dívidas aos fornecedores e financiadores, encargos sociais, impostos, cumprimento de legislação ambiental, laboral, fiscal, projectos de pesquisa e investigação, estabilidade e crescimento interno e colaboração em projectos sociais de desenvolvimento.

Entretanto, foram criadas três organizações não lucrativas cujo objectivo principal foi o de juntar empresas do sector privado para pensarem na responsabilidade social das empresas e na sua sustentabilidade. Essas organizações também produziram reflexões adequadas para conferências, com divulgação nas empresas e universidades. As respectivas organizações designam-se por:

- GRACE-Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (criada em Fevereiro de 2000);
- SER-Associação Portuguesa para a Responsabilidade Social das Empresas (criada em Maio de 2002), que está associada à internacional *CSR Europe-The European Business Network for Corporate Social Responsibility*, com sede em Bruxelas; e
- BCSD Portugal-Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (criado em Outubro de 2001), que está associado ao *WBCSD-World Business Council for Sustainable Development*.

O marco conceptual da RSE, segundo a AECA (2005: 17) “é um compromisso voluntário das empresas com o desenvolvimento da sociedade e a preservação do meio ambiente, concentrando a sua atenção na satisfação de necessidades das partes interessadas através de determinadas estratégias, cujos resultados devem ser medidos, verificados e comunicados adequadamente”. Para o efeito, a transparência das empresas é fundamental para a RSE que exige informação dirigida às partes interessadas, comunicando-lhes os aspectos essenciais da sua actividade. A GRI considera a transparência como o grande princípio para a elaboração do respectivo relato. Essa RSE inclui deveres de fazer e não fazer determinadas acções empresariais, que não se limitem àque-las que estão relacionadas com os administradores e investidores. Neste

âmbito enquadra-se a informação de sustentabilidade empresarial que assenta em valores éticos partilhados pela sociedade em geral. O desenvolvimento desta temática de RSE começa a justificar a criação dum órgão específico na estrutura organizacional duma empresa, privada ou pública. Essa RSE tem características multidisciplinares e exige especialização profissional de gestão adequada, agrupando o âmbito operacional, recursos financeiros, gestão comercial, valores humanos, preservação ambiental e promoção social. Essas práticas exigem registos apropriados do âmbito contabilístico para proporcionarem a criação de indicadores específicos para medir o desempenho realizado, que sejam úteis para a gestão empresarial corrente e estratégica, para os utilizadores externos e também para uma descjável auditoria social. Desse modo as empresas poderão melhorar o seu envolvimento global, juntamente com os seus parceiros nacionais e internacionais, para identificarem questões consideradas centrais e com efeitos reprodutivos, e também as consideradas laterais. Então, os riscos empresariais poderão ser mais reduzidos, serão melhoradas as condições de autoavaliação, a imagem da empresa sairá reforçada e é uma nova ferramenta de gestão.

Constitui objectivo principal de qualquer unidade económica a criação de riqueza demonstrada no indicador lucro. Este lucro, que se identifica com a criação do valor acrescentado, resulta do esforço e da participação de conhecimentos muito variados por todos os parceiros sociais da empresa. Então, a partilha desse valor merece atenção cuidada para garantir o desenvolvimento sustentável e respeitar a RS da empresa. Tudo isso deve envolver os seus proprietários, a equipa de gestão, empregados, segurança social dos mesmos, impostos ao Estado, reforço da respectiva autonomia financeira e a promoção social local.

Em resultado de um recente protocolo celebrado entre a APQ-Associação Portuguesa para a Qualidade e a APEE-Associação Portuguesa de Ética Empresarial nasceu um novo projecto para criar Práticas de RS nas PME. Esse projecto pretende estimular a adopção de práticas mais responsáveis e o desenvolvimento sustentável de cada uma dessas empresas, cujos objectivos principais são, conforme APEE (2006): envolver o tecido empresarial português no âmbito das PME na temática da Ética e RS; promover em cada empresa práticas organizacionais; estimular o desenvolvimento de boas práticas pela evidência de bons exemplos já conhecidos; e estimular o tecido empresarial português na adopção de práticas mais responsáveis.

O tecido social é entendido como o resultado do trabalho de cada homem mas inserido no contexto empresarial. Esse trabalho envolve competências individuais e de grupo, responsabilidades pelo produto que é criado e da sua utilidade para o progresso social e sem degradar o ambiente. Isso gera uma responsabilidade social global que afecta as pessoas e por esse efeito cria também compromissos sociais. A empresa é constituída por uma comunidade de pessoas que não pode ignorar esta projecção social mas deve sim promover acções favoráveis ao seu próprio desenvolvimento. E com base no seu desempenho deve também promover o desenvolvimento dos seus colaboradores e partilhá-lo com a sociedade que sustenta a sua actividade. A doutrina social da Igreja, conforme Bento XVI (2007:134), partilha destas preocupações e incentiva as pessoas a assumirem directamente a sua responsabilidade social, no desempenho adequado das suas funções.

1.3 Desempenho Sustentável

No entender da GRI (2002) o novo paradigma do desempenho sustentável da empresa passa pela divulgação, em modo sistemático e transparente das respectivas políticas, práticas operacionais e seus indicadores específicos, incluindo a sua envolvimento social. Assim, as tendências actuais mais destacadas neste âmbito envolvem:

- A expansão do mercado global;
- A procura de novas formas de governação global;
- A reforma da governação empresarial;
- O papel das economias emergentes;
- A visibilidade e expectativas crescentes para as organizações;
- A medição do progresso em direcção ao desenvolvimento sustentável;
- O interesse dos governos e dos mercados pelos relatórios de sustentabilidade; e
- O surgimento duma nova geração de contabilidade.

Estas preocupações tendem a estar sempre presentes na actividade corrente da empresa, fazendo parte da respectiva estratégia de desenvolvimento e cultura global. Ao mesmo tempo deverá ser divulgada a forma como a empresa interage com os diversos parceiros sociais

(*stakeholders*) e com toda a comunidade social. Nesse âmbito destacam-se novos elementos de análise empresarial designadamente:

- Visão do negócio, que exige maior antecipação e previsão;
- Actuação mais globalizada com respeito pelo controlo de riscos;
- Uso da mão-de-obra intensiva com recurso a novas tecnologias;
- Maiores níveis de conhecimento, supervisão e liderança dos órgãos de gestão; e
- Visão empresarial do tipo *top-down*, incluindo uma clara definição da missão da empresa, seus objectivos, desafios e estratégias.

O desempenho sustentável passa por práticas empresariais orientadas por atitudes positivas e de cooperação perante a sociedade em geral e promovendo, desse modo, a afirmação da empresa a longo prazo. Nesse sentido é indispensável garantir o diálogo e observância de princípios e valores éticos que facilitem a resolução de eventuais dúvidas ou conflitos de interesse. Também se perfilha a cooperação tendente à procura de benefícios para todas as partes colaborantes na actividade empresarial. A divulgação regular dessas práticas empresariais tende a evidenciar que a credibilidade e os negócios da empresa são valorizados.

1.4 Desenvolvimento Sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável está associado ao modelo de desenvolvimento empresarial que possa corresponder às necessidades sociais actuais sem comprometer as gerações futuras. Nesse sentido é indispensável melhorar as condições de vida das pessoas conjuntamente com a preservação do meio envolvente numa perspectiva de curto, médio e longo prazo. O desenvolvimento sustentável tem como objectivos principais: promover o eficaz desenvolvimento económico, a justiça social e o equilíbrio ecológico. O efectivo controlo deste desenvolvimento deve envolver as autoridades públicas, com base em normas específicas adequadas para limitar os efeitos nefastos que afectam o ambiente global, melhorar a gestão dos recursos naturais, combater a exclusão social, pobreza, fome e a discriminação profissional.

A Comissão da Comunidade Europeia (2001: 1) adoptou um documento sobre a estratégia europeia para o desenvolvimento sustentável no qual é afirmado que "...de modo a alcançar uma trajectória de

desenvolvimento sustentável, o crescimento económico deve apoiar o progresso social e respeitar o ambiente; a política social deve apoiar a performance económica e que a política ambiental deverá ser *cost-effective*". Essa estratégia foi revista em 2005 com o objectivo de lhe imprimir um novo dinamismo.

A integração das questões ambientais na definição e aplicação das novas políticas empresariais constitui um elemento essencial para alcançar o objectivo de desenvolvimento sustentável. Neste âmbito de preocupações a Comissão Europeia encoraja as empresas a realizarem relatórios de contas mais completos do que os habituais afirmando: "Todas as empresas cotadas na bolsa com um mínimo de 500 trabalhadores são instadas a publicar nos seus relatórios anuais aos accionistas os "resultados tripartidos", que avaliam o seu desempenho face a critérios económicos, ambientais e sociais". Reforçando a importância do sector privado empresarial a Comissão Europeia fez incluir no seu Livro Verde uma secção intitulada de RSE-Responsabilidade Social das Empresas (*Corporate Social Responsibility*).

O desenvolvimento sustentável da empresa exige práticas responsáveis globais e diversificadas, devidamente assumidas pelos seus órgãos hierárquicos superiores, registadas e avaliadas no respectivo desempenho. Nessas práticas incluem-se:

- Relacionamento com os trabalhadores, seus sindicatos e associações patronais;
- Envolvimento social interno e externo;
- Respeito por cada uma das pessoas como seres individuais, detentoras de conhecimentos e comportamentos diferenciados;
- Promoção de valores individuais e de grupo;
- Comunicação e regras de conduta operacionais transparentes; e
- Divulgação de práticas e indicadores de desempenho.

O desrespeito por estas práticas tende a criar condições favoráveis à degradação progressiva da empresa e poderá conduzi-la a uma situação de insustentabilidade que afectará, seguidamente, a sociedade em geral.

1.5 Indicadores de Desempenho Sustentável

Sveiby (1997) propõe uma série de indicadores de desempenho empresarial não financeiros, destinados a facultar informação específica aos utilizadores externos e evidenciar a competência, estabilidade e eficiência dos trabalhadores da empresa, destacando-se:

Tabela 1-1 – Indicadores não financeiros

Indicadores	Identificação
De competência	1-Número de profissionais ou peritos na empresa 2-Número de anos na profissão 3-Nível de educação 4-Formação 5-Medidas sobre valores e atitudes
De eficiência	6-Proporção de profissionais na empresa 7-Benefício por profissional 8-Valor acrescentado por empregado 9-Valor acrescentado por profissional
De estabilidade	10-Idade média 11-Antiguidade 12-Rácio de absentismo

Fonte: Campos, 1999: 152-155, adaptado.

Os indicadores sociais, no entender de Carvalho *et al.* (1999: 614) “são instrumentos que valorizam a responsabilidade social da entidade, onde se envolvem as necessidades dos grupos que participam na sua actividade, nomeadamente os trabalhadores”. Segundo aqueles autores poderemos estabelecer várias categorias de indicadores tendo em conta o grau de complexidade da estrutura dos mesmos, como sejam os indicadores primários, que são valores absolutos obtidos directamente do resultado de observações simples; indicadores secundários ou ratios que são resultantes da relação decorrente entre duas variáveis e as relações funcionais ou modelos.

Os indicadores de desempenho empresarial segundo as orientações da GRI (2002) estão agrupados por três dimensões da definição convencional de sustentabilidade ou sejam:

Dimensão Económica	Dimensão Ambiental	Dimensão Social
<p>Inclui <i>influências económicas directas</i>, que abrangem os clientes, fornecedores, colaboradores, investidores e sector público.</p> <p>Estão identificados 12 indicadores de impactes económicos directos e 1 indicador de impacte económico indirecto. A grande parte destes indicadores devem ser relatados com valores monetários e então com suporte contabilístico.</p>	<p>Inclui a categoria <i>ambiental</i>, que abrange materiais, energia, água biodiversidade, emissões, efluentes, resíduos, fornecedores, produtos, serviços, concordância e transporte.</p> <p>Estão identificados nesta dimensão 35 indicadores sendo 16 indicadores considerados essenciais e 19 complementares. A grande parte destes indicadores devem ser relatados com valores absolutos ou percentuais, não monetários, exceptuando um ou outro indicador que poderá ter conversão monetária e então esses com suporte contabilístico.</p>	<p>Inclui:</p> <p><i>Práticas laborais e condições de trabalho</i>, abrangendo emprego, trabalho, relações laborais, saúde, segurança, formação, educação, diversidade e oportunidade;</p> <p><i>Direitos humanos</i>, abrangendo o trabalho, relações laborais, não-discriminação, liberdade de associação e de negociação colectiva, trabalho infantil, trabalho forçado e compulsório, práticas de disciplina, práticas de segurança e direitos indígenas;</p> <p><i>Sociedade</i>, abrangendo a comunidade, suborno e corrupção, contribuições políticas, concorrência e preços;</p> <p><i>Responsabilidade sobre produtos</i>, abrangendo saúde e segurança do consumidor, produtos e serviços, publicidade e respeito da privacidade.</p> <p>Esta dimensão é a mais exaustiva porque inclui 49 indicadores sendo 24 indicadores essenciais e 25 complementares. Somente 4 destes indicadores devem ser expressos com valores monetários e então esses com suporte contabilístico.</p>

Fonte: GRI (2002), adaptado.

Estes indicadores de desempenho podem ser quantitativos ou qualitativos. Os indicadores com valores numéricos dão uma melhor noção

de escala ou de grandeza do uso ou do efeito das actividades da empresa. Esses valores poderão ser de natureza monetária ou estatística mas a nossa preferência assenta nos que têm suporte contabilístico porque evidenciam com mais rigor os efeitos do desempenho no património empresarial. Os indicadores qualitativos, porque exigem respostas textuais, são essenciais para lidar com sistemas complexos não mensuráveis mas que melhoram a informação da empresa.

1.6 Contabilidade e novos valores empresariais

A contabilidade não tem respondido à evolução empresarial e social quando há certos valores activos que historicamente se designam de intangíveis. Eles afectam o valor da empresa e não têm tido procedimentos contabilísticos.

Segundo o IASB (1998) - NIC 38 activo intangível é “um activo não monetário identificável, sem substância física, detido para a produção ou fornecimento de bens ou serviços, para arrendamento a terceiros ou para fins administrativos”. Para o FASB (FAZ 142, F1), activos intangíveis são activos (não financeiros) que não têm substância física. Entretanto ocorreu a revisão da NIC 38 no sentido de alterar substancialmente a definição porque foi retirada a expressão “para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para arrendar a terceiros ou para fins administrativos”. Nestes casos há a insuficiência do controlo para justificar o seu reconhecimento nas DF tradicionais. Depois também se identifica o problema da valorimetria que constitui mais uma dificuldade para a garantir a qualidade da informação contabilística. Essa informação deve ser fiável, isto é, isenta de erros materiais e preconceitos e represente fidedignamente o que pretende representar ou o que razoavelmente, se pode esperar que represente, conforme IASB (§31)-Estrutura Conceptual.

Na sustentabilidade e desenvolvimento da empresa o elemento humano é determinante. Ele tem valores actuais e outros potenciais que se convertem ou poderão converter em aptidões, capacidades e competências ao serviço da empresa para a engrandecer. E isso ainda é mais válido se a pessoa receber formação contínua, ter disponibilidade e uma dedicação adequada ao seu desempenho profissional. A satisfação profissional de uma pessoa quando bem aplicada ao serviço da empresa é difícil de registar na contabilidade mas é verdade que isso influencia o seu bom desempenho.

Para *Stewart* (1998: 91), a ruptura com o sistema tradicional da contabilidade é inevitável. Este autor defende que "...a contabilidade mede a acumulação e a concentração de capital de uma empresa e baseia-se nos custos, ou seja, parte do princípio de que o custo para adquirir um determinado bem representa de um modo razoável (depois de alguns ajustes por causa de aspectos como a depreciação) o valor desse bem. O modelo deixa de ter qualquer significado quando os bens em questão são imateriais. A partir do momento em que o conhecimento e o seu invólucro se separam, a relação entre o valor corrente e custos históricos foi destruída".

Estas são algumas das muitas dificuldades que se apresentam à contabilidade de hoje para incrementar melhorias nos actuais procedimentos contabilísticos e subsequente relato informativo. Não é nosso objectivo aprofundar aqui estas questões mas isso serve para identificar algumas dificuldades que continuam a impedir a melhoria de certos procedimentos contabilísticos. Tais procedimentos tendem a ser indispensáveis, no contexto da nova sociedade que é grande consumidora de informação. Essas dificuldades não dispensam que os possíveis procedimentos de melhoria sejam aplicados, desde já, ainda que de forma descritiva e então as actuais DF poderão ser mais valorizadas.

II. RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE *versus* DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nesta secção iremos desenvolver diferentes perspectivas comparativas e relacionadas entre os relatórios de sustentabilidade e as demonstrações financeiras tradicionais geradas pela contabilidade.

2.1 Normativos e orientações de aplicação

Não existem normas contabilísticas geralmente aceites que sejam aplicáveis à prática de relatórios de sustentabilidade empresarial.

O actual modelo de relato contabilístico empresarial, vulgarmente identificado como DF, não está a incluir informação interessante para dar satisfação aos actuais e potenciais utilizadores, nomeadamente para conhecer os valores ou anti valores gerados no desenvolvimento da respectiva actividade.

Apenas conhecemos, para o contorno ambiental, a DC 29-Directriz Contabilística nº 29 sobre “Matérias Ambientais”, que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2003 e tem como objectivo (ponto 1) “...estabelecer critérios para reconhecimento, mensuração e divulgação relativos aos dispêndios de carácter ambiental, aos passivos e riscos ambientais e aos activos com eles relacionados resultantes de transacções e acontecimentos que afectem, ou sejam susceptíveis de afectar, a posição financeira e os resultados da entidade relatada”. Esta Directriz estabelece regras para efeitos de divulgação no relatório de gestão de certas matérias ambientais que forem relevantes para o desempenho e posição financeira da entidade económica e inclui Definições Eurostat (em Apêndice à referida Directriz) de dispêndios ambientais.

Em alternativa a essa ausência normativa há empresas que aplicam critérios internos definidos pelos Conselhos de Administração e também critérios externos promovidos por organizações sem poderes de imposição que promovem a sua aplicação voluntária. São exemplos disso a GRI e o UN Global Compact das Nações Unidas.

As directrizes definidas pela GRI (2002) que incentivam as empresas à prática voluntária de relatórios de sustentabilidade fixando-lhes os respectivos critérios específicos para a sua aplicação. Esses relatórios surgem em 1997, por iniciativa da GRI e em associação com a organização não governamental norte-americana CERES - *Coalition for Environmental Responsible Economics* e a UNEP - *United Nations Environmental Programme*.

A missão da GRI consiste em desenvolver e promover junto das empresas e outras instituições acções adequadas à elaboração de relatórios de sustentabilidade empresarial e orientados para três vertentes principais: financeira, social e ambiental.

O valor da empresa incorpora a participação activa de diferentes áreas empresariais, nomeadamente a contabilidade, investimento, ambiente, direitos humanos e outras. Assim sendo o valor global da empresa é também função da sua responsabilidade social e ambiental, proporcionando-lhes a possibilidade de valor acrescentado, quando relatadas e divulgadas. Conforme a GRI os benefícios gerados pela comunicação do desenvolvimento sustentável da empresa são variados porque: cria valor financeiro e atrai capital, melhora as condições de financiamento por efeito da redução do risco, motiva a retenção dos colaboradores internos, melhora os sistemas de gestão e de inovação, estimula a gestão

progressiva, constrói reputação e executa o princípio da transparência empresarial para com os variados parceiros sociais. Segundo a GRI (2006) as suas actuais directrizes estão em fase de discussão pública, para oportuna revisão e formam a sua terceira geração. Designam-se de *draft G3 Guidelines (past, present and future)*, resultam da pesquisa, desenvolvimento e uso intenso das recomendações da GRI. Conforme sua referência, a nível internacional contam-se já por centenas as organizações, e milhares os parceiros que utilizaram informação segundo o seu modelo de relatório de sustentabilidade. Nessa nova versão são reformulados os indicadores económicos e sociais e incluem-se outros novos, é eliminado o documento de síntese e inclui-se a declaração do presidente.

A análise do património da empresa e respectivos indicadores de desempenho estão representados tradicionalmente nas DF que são consideradas muito insuficientes como já referimos. Conforme a GRI (2002) há informações importantes da vida da empresa que não estão divulgadas nas DF e são determinantes para a sua sustentabilidade actual e futura. O relatório de sustentabilidade complementa aquelas DF divulgando informação associada a uma perspectiva futura e facilita a compreensão de importantes valores empresariais, nomeadamente a formação do capital humano, governação da empresa, gestão do risco, responsabilidades ambientais, capacidade de inovação e participação comunitária. Qualquer um destes relatórios deverá incluir indicadores específicos que ajudem a entender o nível de desempenho empresarial aos utilizadores da informação em geral, ao longo do tempo, e que possam fazê-lo em modo comparativo.

No relato de sustentabilidade da empresa, conforme a GRI (2002), existem duas perspectivas essenciais de análise que devem ser destacadas: a primeira é a compreensão do seu ambiente externo no qual a empresa participa e desenvolve os seus negócios; a segunda está baseada na avaliação dos elementos disponíveis e que garantem a sua vantagem competitiva no mercado específico. No ambiente externo da empresa incluem-se os elementos produto, trabalho, mercado de capitais, enquadramento normativo, riscos e oportunidades ligados à gestão económica, ambiental e social do negócio. A estratégia empresarial de sustentabilidade deve incluir a melhoria progressiva da eficiência dos seus processos operacionais pela liderança dos custos, minimizando-os e maximizando os proveitos, ao longo de toda a cadeia de valor. Nes-

se sentido é importante criar indicadores de desempenho relacionados com o uso racional dos recursos disponíveis, combater e minimizar os desperdícios. Os riscos e incertezas operacionais estão aí incluídos para efeitos de análise de custos, destacando-se os de natureza ambiental e social. Questões ambientais e sociais tendem a crescer na governação empresarial desde a última década, conforme GRI (2002: 85). Então, surgem cada vez mais na vida empresarial códigos de conduta, princípios de governação e normas de divulgação que influenciam as empresas para aumentarem o nível de qualidade na elaboração de relatórios não financeiros e para ampliarem as suas informações financeiras. Assim, têm surgido mais indicadores de desempenho económico, ambiental e social, que muito contribuem para a melhor visão da gestão e previsão dos riscos e oportunidades da empresa.

Nesta dinâmica, os conteúdos dos relatos de sustentabilidade tendem a ser apresentados com informação mais abrangente e transparente, mas não são facilmente convertíveis em valores monetários para serem trabalhados pela contabilidade tradicional. Essas práticas são consideradas sustentáveis e influenciam a contabilidade empresarial para proporcionar avanços em áreas novas como a contabilidade de gestão ambiental, valorização de elementos intangíveis como os humanos e seus conhecimentos quando colocados ao serviço da empresa e ainda a formação do valor sustentado. A tendência actual orienta-se para a necessidade de serem criados relatos únicos de desempenho empresarial que incluam todas as suas actividades.

Com referência à GRI (2002: 2-4) as tendências actuais, quanto à motivação das empresas pelas práticas dos referidos relatos, designados de relatório de sustentabilidade, relatório de cidadania e balanço social, passam pelo entendimento de que a "... governação empresarial efectiva está influenciada por uma procura crescente de informação empresarial relevante e de alta qualidade que permita avaliar o seu desempenho e convidar a novas formas de participação das partes interessadas". São considerados mais influentes para tais práticas diferentes razões, nomeadamente: a expansão da globalização dos mercados de capitais e de tecnologia da informação; novas formas de governação global; pressões internas das empresas para manter níveis elevados de governação; o papel das economias emergentes que querem seguir os países mais industrializados; o crescimento da *Internet* e das tecnologias de comunicação; o crescente interesse dos mercados financeiros que utilizam

a respectiva informação como elemento analítico para relacionarem a sustentabilidade empresarial com a criação de valor para o accionista; o ressurgir duma nova geração de profissionais de contabilidade que reconhecem ser necessários novos padrões de contabilidade, incluindo critérios de medida e registo dos valores tangíveis da empresa mas também dos valores intangíveis (capital humano, capital ambiental, alianças e parcerias, marcas e reputação, etc.).

A GRI (2002: 5) reconhece variados benefícios dos relatórios de sustentabilidade, confirmados por gestores de cerca de duas mil empresas internacionais que já os elaboraram, destacando-se: disponibilidade da informação ao ritmo da *Internet* para uma gestão eficaz e pró-activa que permite 24 horas contínuas de notícias; diálogo permanente com investidores, clientes, fornecedores, activistas e funcionários; transparência e diálogo aberto sobre o desempenho da empresa, definição de prioridades, reforço de parcerias e de confiança; diálogo interno na empresa; antecipação de alertas para potenciais problemas; soluções e oportunidades antecipadas de relacionamento social; apoio aos gestores para as suas decisões e uma visão mais completa de médio e longo prazo; estabilidade acrescida aos comportamentos dos investidores por influência dos analistas financeiros que tendem a utilizar mais intensamente tais relatórios.

São desejáveis melhorias na gestão dos variados recursos empresariais e para isso importa aplicar novos procedimentos contabilísticos, de modo sistemático, orientando-os para a eficiência e a eficácia dos respectivos processos operacionais internos, seu controlo, avaliação e desenvolvimento das actividades globais que lhe estão associadas.

2.2 Valores intangíveis na empresa

Os valores intangíveis na empresa tendem a ser muito relevantes para a sua sobrevivência, por efeito dos resultados de desempenho e desenvolvimento que lhe estão associados. A demonstração contabilística desses valores ainda não é possível. Neles incluem-se os Recursos Humanos ao serviço da empresa que são designados de CH-Capital Humano. São valores significativos para a empresa se analisados na amplitude das suas competências e forem aplicados ao serviço da mesma para a criação de riqueza.

O conhecimento e as habilidades das pessoas aplicados ao serviço de uma empresa são factores críticos para o seu desenvolvimento, êxito e sobrevivência, como defendido por *Drüker* (1993).

A valorização monetária do CH, conforme Campos (1999), agrega variados valores tais como: custos de recrutamento, selecção e formação, prestações da empresa ao trabalhador, prestações do trabalhador à empresa, prestações mútuas entre o trabalhador e a empresa e a valorização do trabalhador como pessoa independente na sua relação com a empresa. A valorização não monetária ou não financeira do CH é representada em modelos não contabilísticos como são exemplos o Balanço Social e o Anexo às contas anuais da empresa.

Conforme Duarte (2002: 107) “o Balanço Social, tal como é praticado em Portugal, não é um documento contabilístico porque a sua estrutura e conteúdo não respeitam os respectivos normativos”. A informação nele contida tem, na sua grande parte, natureza estatística e a de base contabilística é muito reduzida.

As actuais estruturas contabilísticas normalizadas não proporcionam respostas adequadas às questões de desenvolvimento sobre valores sociais e intangíveis nas empresas, se destinados aos processos de decisão. Nessas insuficiências contabilísticas incluem-se faltas de harmonização internacional e factores restritivos de natureza legal, política, económica, cultural e profissional, que impedem o reconhecimento e prática dos referidos valores intangíveis, como referido por *Gadea* (2001: 17). Nesses intangíveis está englobado o CH que, no entender de *Stewart* (1999: 110), “representa a fonte de inovação... e o capital intelectual não é criado a partir de conjuntos discretos de capital humano, estrutural e de clientes, mas, pelo contrário, pela interacção existente entre eles”.

Os efeitos sociais provocados pela actividade da empresa poderão ser muito variados e afectar geralmente o seu valor de mercado, gerando por isso valores económicos. Esses efeitos poderão ser positivos mas também negativos. A contabilidade da empresa deverá procurar registar os impactos desses acontecimentos e eles poderão ser concretizados em três grandes grupos, conforme *AECA* (2005: 23). Assim, no primeiro grupo incluem-se os impactos económicos (exemplos: os dividendos, os reinvestimentos e o valor acrescentado); no segundo grupo incluem-se os impactos sociais (exemplos: retribuições, doações, segurança, bem-estar, condições laborais e direitos humanos); no terceiro

grupo incluem-se os impactos ambientais (exemplos: custos investidos na gestão ambiental, resíduos, emissões de gases, ruídos, efeitos electromagnéticos e recursos hídricos). Os registos contabilísticos destes efeitos empresariais nem sempre são praticáveis, por falta de objectividade e de critérios valorimétricos consensuais o que determina, desde logo, uma grande restrição à informação contabilística. Nestes casos a informação de sustentabilidade da empresa deverá manter-se sob a forma de declarações que possam esclarecer o respectivo utilizador quanto à sua verdadeira situação patrimonial, actual e previsível, ainda que não totalmente quantificadas monetariamente. Neste âmbito é importante destacar informação de sustentabilidade que oriente os órgãos de gestão e utilizadores externos da empresa, para riscos e oportunidades derivadas do seu processo produtivo, assim como as respectivas políticas estratégicas, sejam de impacto directo ou indirecto no património da empresa.

Como refere Campos (1999) foram desenvolvidos variados estudos sobre os valores intangíveis e em diferentes países, nomeadamente:

- Na Universidade de Nova Iorque em colaboração com a OCDE, para a emissão de informação;
- Na Dinamarca, Suécia, Estados Unidos e Canadá, com preocupações pela medição;
- Na Suécia e com a participação do governo, no sentido de as empresas incluírem informação sobre o seu pessoal nas demonstrações contabilísticas;
- O IASB, que aprovou a NIC-9 (1978) sobre contabilidade das actividades de investigação e desenvolvimento, onde inclui o tema dos intangíveis, que teve posteriores ajustamentos e o seu texto definitivo surge com a IAS 38 versando os Activos Intangíveis (2004).

Esses valores intangíveis, de difícil identificação e mensuração, tendem a influenciar cada vez mais o desenvolvimento sustentável da empresa, pelo que merecem cuidados especiais de registo e relato contabilísticos.

2.3 Práticas empresariais e seus relatos

Os estudos realizados por diferentes investigadores estrangeiros, designadamente por Campos (1999), Nevado (1999a), Flamholtz (1999a), Nafez e Kamal (2000), IESE (2000) e IBASE (2001) evidenciam carências variadas de informação contabilística que não são relatadas no tradicional modelo das DF. Destas carências destacam-se: escassez de informação mais específica, dispersão e falta de modelo informativo adequado, registos de base contabilística insuficientes, indicadores de desempenho inexpressivos e com predomínio de informação descritiva, ausência de comparabilidade da informação entre exercícios económicos sucessivos, registos de responsabilidade social pouco abrangentes e divulgação externa muito restrita.

O SAM group (2005) é uma empresa independente, de implantação internacional, especializada em serviços financeiros no âmbito dos investimentos sustentáveis. São seus principais clientes os bancos, companhias de seguros, fundos de pensões e investidores privados. Pelas suas análises, realizadas sobre dados de 979 empresas internacionais de variados sectores económicos e reportados ao ano de 2004, identificou casos de empresas com sucesso sustentável porque proporcionaram aos seus investidores o maior nível possível de controlo, transparência e retornos atractivos de investimento. O SAM group também desenvolve estudos de análise sobre temas de sustentabilidade empresarial em parceria com a PricewaterhouseCoopers e destacam como referências determinantes os valores intangíveis a protecção ambiental e o capital humano que tendem a garantir aos investidores importância acrescida de durabilidade e sustentabilidade. As empresas sustentáveis, na opinião do SAM group (2005) constituem um investimento atractivo porque oferecem valores de retorno superiores, derivados do modo e práticas utilizados para a criação de valor sustentado. Nessas práticas incluem a transparência da informação relatada, governo da sociedade, gestão do capital humano, saúde e segurança ocupacional, indicadores variados sobre o desempenho de diferentes actividades incluindo as dimensões económicas, ambiental e social. O relato desse desempenho sustentável deverá ser suportado em números financeiros trabalhados pela contabilidade. Esse relato deve facilitar a medição de diferentes resultados operacionais como por exemplo a satisfação dos clientes, média de resultados por cliente, por novos produtos, por segmentos individuais

de negócios, responsabilidades da empresa de natureza ambiental e social. Nesse relato também devem ser focadas as perspectivas internas e externas da empresa e as realmente praticadas. Surge então a figura do investidor sustentável que manifesta preferências de investimento em empresas que evidenciem práticas no âmbito da sustentabilidade. Esse investidor pretende que a respectiva empresa divulgue relatos de sustentabilidade em modo claro, compreensível e completo incluindo o desempenho passado, a situação presente e as perspectivas futuras. Os indicadores de desempenho sustentável a relatar deverão basear-se na contabilidade financeira. Na sua falta deverão prevalecer os indicadores não financeiros e só em último caso os descritivos.

A contabilidade sustentável, na opinião de *Lamberton* (2005: 16), exige objectividade, princípios contabilísticos aplicáveis, técnicas contabilísticas fiáveis de recolha, medida e registo, relatos de informação aos parceiros sociais e atributos de qualidade da informação relatada.

A proposta de relato da GRI parece recolher maiores consensos internacionais porque envolve perspectivas diferentes de relato e indicadores de desempenho, disponibilizados ou não pela contabilidade. Essa proposta promove a informação global da empresa, respeitando certos princípios específicos para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, nomeadamente: transparência, inclusão de opiniões das partes interessadas, auditabilidade, abrangência, relevância, exactidão, neutralidade, comparabilidade, clareza e periodicidade.

A AECA (2003), sendo uma entidade científico-profissional em Espanha, tem desenvolvido estudos e propostas de boas práticas de gestão empresarial e também do sector público. Considera importante a informação de sustentabilidade relativa às suas actividades e por isso publica o respectivo relato, seguindo o modelo recomendado pela GRI. Nessa perspectiva ela pretende ser um ponto de referência e de apoio para a melhoria contínua dos profissionais e organizações, nisso incluindo a componente técnica e também os recursos humanos. Assim, destaca na sua publicação (AECA, 2003) a defesa dos princípios de desenvolvimento sustentável numa tripla dimensão que inclui aspectos económicos, meio ambiente e social. A AECA reafirma a necessidade de incluir no sistema de gestão da sua actividade informação com base na responsabilidade social e de ser exemplo de tal comportamento perante os seus associados e a sociedade em geral. Nessa perspectiva disponibiliza indicadores variados referenciados pela GRI, onde destaca o desempenho da sua actividade es-

pecífica em modo comparativo de diferentes exercícios. Este relatório de sustentabilidade é divulgado em simultâneo com as suas contas anuais. Esta entidade pretende desenvolver iniciativas junto dos seus associados para adoptarem práticas de responsabilidade social. Até finais de 2003 conforme AECA (2003: 10) cerca de duas dezenas de entidades, entre as quais a AECA, estavam incluídas no registo das organizações que informavam conforme o guia da GRI.

No entender da AECA (2005: 20) poderão ser aventadas diversas hipóteses básicas da informação em análise, com diferentes marcos conceptuais, nomeadamente:

- Informação financeira: bases de entidade, período contabilístico, empresa em funcionamento e unidade de medida;
- Informação social e ambiental (FEE, 2000): bases de entidade, acréscimo, empresa em funcionamento e materialidade;
- Anexo às contas sobre a Sustentabilidade (GRI, 2002): base muito exaustiva, conceito de sustentabilidade e relevância.

A proposta da AECA orienta-se para bases da entidade, acréscimo, melhoria contínua e materialidade.

Entendemos e queremos salientar que a contabilidade terá sempre dificuldade em registar, com objectividade, a globalidade dos acontecimentos empresariais com vista a evidenciar todo o seu desempenho sustentável. Os adequados trabalhos contabilísticos devem primar por critérios de rigor e objectividade que possam converter os acontecimentos empresariais em registos que expressem quantidades financeiras facilmente identificadas. Tais práticas facilitam a respectiva análise e comparabilidade.

Não sendo possível essa quantificação a alternativa será recorrer a registos que evidenciem quantidades não financeiras isoladas ou associadas com relato descritivo da informação qualitativa. Nesse relato é indispensável o rigor e adequada extensão da informação complementar à contabilística. A materialidade da informação contabilística merece particular atenção principalmente quando o seu objectivo principal está focalizado na informação externa. As unidades de medida dessa informação constituem também aspectos importantes a desenvolver para fomentar acções conducentes à sustentabilidade da empresa.

Outra qualidade a desenvolver na informação contabilística, neste nível de preocupações, será a sua fiabilidade porque é uma referência

qualitativa que transmite confiança ao seu utilizador. Nesse âmbito deverão incluir-se, por exemplo, acontecimentos empresariais associados aos efeitos da inovação e das novas tecnologias, a saúde social e ecológica, acordos e responsabilidades assumidas pela empresa com os seus parceiros sociais internos e externos, desenvolvimento das interligações sociais, plataformas de negócio existentes e cenários futuros alternativos, participação e partilha de valores em acções de desenvolvimento social comunitário, criação de conhecimento para novos produtos e serviços mais favoráveis à sociedade em geral.

III RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE EM PORTUGAL: ESTUDO EXPLORATÓRIO COMPARATIVO

Nesta secção apresentaremos o estudo exploratório comparativo e seus resultados, derivados da análise da informação contida nos relatórios de sustentabilidade e divulgados na *Internet*, reportados a 31/05/2006, por um grupo de empresas portuguesas, inscritos nos seus sites institucionais que tomamos como amostra (Apêndice nº 1).

Para esse efeito, orientámo-nos pelas preocupações identificadas na revisão da literatura que reflectem a actual insuficiência informativa das DF e também pelas orientações da GRI.

3.1 Objectivos

Descrevemos como objectivos gerais deste nosso estudo exploratório, identificar a extensão e atributos informativos divulgados na *Internet* pelas referidas empresas, sobre a sustentabilidade e relacionar essa informação com a contabilidade.

Como objectivos específicos propomo-nos seguir as preocupações emergentes da revisão da literatura associada ao nosso tema, designadamente para:

- a. Identificar a situação actual dos normativos contabilísticos sobre o relato de sustentabilidade;
- b. Analisar a informação divulgada e conteúdos que tenham suporte contabilístico; e
- c. Reconhecer outras práticas divulgadas pelas empresas no âmbito do nosso tema de investigação.

3.2 Amostra e sua caracterização

Seleccionamos, para o nosso estudo, um agrupamento de 83 empresas instaladas em Portugal que são associadas (até 30/06/2006) do BCSD Portugal - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável. Esta organização segue as directrizes da GRI - *Global Reporting Initiative* e está associada ao WBCSD - *World Business Council for Sustainable Development*.

Nesse agrupamento de empresas incluem-se umas que têm implantação nacional e outras ligações internacionais. Representam diversas actividades económicas, nomeadamente serviços financeiros, indústrias variadas, comércio, distribuição alimentar, transportes, telecomunicações, hotelaria e restauração.

A caracterização dessas empresas está expressa em apêndice (apêndice nº 1).

3.3 Metodologia

A metodologia seguida para o nosso estudo de investigação começou pela selecção das carências informativas necessárias à melhoria do relato da actividade empresarial, em complemento das DF tradicionais, como identificadas na revisão da literatura.

Seleccionamos a amostra de empresas, como identificamos em apêndice nº 1, procedemos à recolha de dados divulgados nos sites institucionais dessas mesmas empresas via *Internet* e reportados ao final do mês de Maio do ano de 2006. Para esse efeito criamos um guião específico de apoio à nossa análise.

Em complemento desses dados informativos analisamos três relatórios de sustentabilidade que nos foram disponibilizados e reportados ao ano de 2005, respeitantes aos seguintes bancos de referência, com actividades em Portugal e com implantação internacional: *Millennium*, bcp, com sede em Portugal; *ABN AMRO Holding*, N.V., com sede na Holanda; e *Santander Totta*, com sede em Espanha. Para a recolha e análise desses outros dados criamos outro guião idêntico ao anterior.

A nossa análise orientou-se para a extensão da informação então divulgada e caracterização geral dos seus conteúdos. Para facilitar o nosso estudo de interpretação e análise desses conteúdos fixamos o

seguinte critério de ponderação das respostas obtidas, recorrendo ao indicador binário de sim (ponderador 1) ou não (ponderador 0). A informação seleccionada foi classificada com respeito pelos conceitos principais que identificamos anteriormente e analisada com recurso ao método da frequência estatística.

3.4 Análise dos dados informáticos

As empresas em análise divulgam nas suas páginas da *Internet* expressões muito variadas no âmbito do nosso tema. Destacamos como principais expressões as seguintes, conforme tabela 3-1.

Tabela 3-1 - Expressões principais divulgadas nas páginas da Internet

<i>Expressões divulgadas</i>	<i>Na 1ª página</i> <i>(Nº de empresas)</i>	<i>%</i> <i>(de 83 empresas)</i>	<i>Nas pág. seguintes</i> <i>(Nº de empresas)</i>	<i>%</i> <i>(de 83 empresas)</i>
1-Sustentabilidade (ST)	14	17	6	7
2-Responsabilidade Social (RS)	16	19	16	19
3-Desenvolvimento Sustentável (DS)	13	16	12	15
4-Corporate Governance (governo da sociedade) (CG)	6	7	2	2
5-Simultaneamente: ST+RS	1	1	1	1
6-Simultaneamente: ST+RS+DS	6	7	7	8
7-Simultaneamente: ST + RS + DS + CG + outros	2	2	0	0
8-Outros conteúdos sociais	14	17	9	11
9-Sem informação	20	24	19	23

Pela observação desta tabela poderemos destacar que as expressões de RS, ST e DS são as mais divulgadas pelas empresas e representam 19%, 17% e 16%, respectivamente, do respectivo universo da nossa amostra (83 empresas). Essas empresas pertencem aos mais variados sectores de actividade económica e as expressões divulgadas constam da primeira página dos respectivos sites institucionais. Nas páginas seguintes desses sites a expressão mais divulgada é a da RS e que representa 19% dessas empresas. Com maior variedade de expressões divulgadas em simultâneo, com ST, RS e DS, observamos valores muito

próximos, sendo: na primeira página 7% (6 casos) e 8% (7 casos) nas páginas seguintes.

Registamos outras expressões, também do âmbito da sustentabilidade, que são complementares às divulgadas pelas empresas e por extensão ao já referido. Essas expressões destinam-se a reforçar a qualidade das relações económicas de modo que sejam mais equitativas, transparentes, prósperas e assumidas numa gestão de risco controlado. Ao mesmo tempo pretendem assumir a evolução no mercado de uma forma consolidada, competitiva e estável para os clientes, colaboradores e outros parceiros sociais. Assim, resumimos na tabela abaixo essas outras expressões, também associadas à sustentabilidade empresarial e que são utilizadas de modo muito arbitrário:

Tabela 3-2 - Outras expressões divulgadas nas páginas da Internet

Condições de vida sustentáveis	Futuro sustentável
Consumo sustentável	Marcas sustentáveis
Crescimento sustentável	Marketing sustentável
Desenvolvimento urbano sustentável	Mudanças sustentáveis
Design sustentável	Visão estratégica de sustentabilidade
Gestão sustentável	Visão sustentável de desenvolvimento
Indústrias sustentáveis	
Iniciativas sustentáveis	

Os relatos divulgados pelas empresas objecto do nosso estudo na referida fonte *Internet* utilizam designações variadas e que resumimos na tabela seguinte.

Tabela 3-3 - Designações dos Relatos divulgados nas páginas da Internet

<i>Designações dos Relatórios divulgados</i>	<i>Nº de empresas</i>	<i>% (de 83 empresas)</i>	<i>Ano de reporte</i>
1 - Relatório de Sustentabilidade	9	11	Desde 2003 a 2005
2 - Relatório de Responsabilidade Social	5	6	Desde 2004 a 2005
3 - Relatório de Responsabilidade Social (2004) e de Sustentabilidade (2005)	1	1	Desde 2004 a 2005
4 - Relatório de Ambiente	1	1	Ano de 2005
5 - Sustentabilidade <i>News</i>	1	1	Ano de 2005
6 - Balanço Social	1	1	Ano de 2005

Desta tabela poderemos destacar: os modelos de relatório mais divulgados utilizam a designação de Sustentabilidade (11% das empresas) e Responsabilidade Social (6% das empresas); estes relatórios são separados das contas anuais dessas empresas as quais pertencem a diferentes sectores de actividade económica; os relatórios de sustentabilidade são os que têm mais anos de reporte; a maior parte dos outros relatórios são reportados aos últimos dois anos (2004 e 2005); há diversas empresas que apresentam o seu relatório pela primeira vez; em termos de extensão da informação alguns exemplares de relatórios incluem mais de 100 páginas contendo texto, figuras e gráficos em modo comparativo a dois e três anos consecutivos.

Os conteúdos divulgados na *Internet* estão muito dispersos e os respectivos relatórios nem sempre estavam acessíveis para efeito de recolha mais exaustiva de dados informativos. Isso criou-nos dificuldades e impediu que a análise comparativa entre as empresas fosse mais abrangente.

Em alternativa a essa dificuldade seleccionamos três casos de ban-

cos de referência nacional e internacional e analisamos os seus relatórios de sustentabilidade, editados em papel, reportados ao ano de 2005, que iremos apresentar e caracterizar em modo comparativo.

Tabela 3.4 - A Empresa

Caso Millennium, bcp	Caso ABN AMRO Bank Holding N.V.	Caso Santander Totta
É o principal banco privado de referência em Portugal.	Banco de implantação internacional, com sede em Amsterdam (Holanda) e com representação em Portugal.	Banco de implantação internacional, com sede em Santander (Espanha) e com representação em Portugal.

Tabela 3.5 - Mensagem do Presidente - Destaques

Caso Millennium, bcp	Caso ABN AMRO Bank Holding N.V.	Caso Santander Totta
<p>Sustentabilidade e responsabilidade social "...sempre estiveram presentes na actividade corrente do Banco desde a sua fundação, fazendo parte integrante da cultura empresarial que caracteriza a forma como interagimos com as diversas partes envolvidas (<i>Stakeholders</i>) e com toda a Comunidade".</p> <p>"...Sustentabilidade significa assegurar a continuidade da empresa a longo prazo, através de uma cultura de excelência, que promova o equilíbrio entre os Pilares Económico-financeiro, Social e Ambiental (<i>triple bottom line</i>)", "...é entendida como vantagem competitiva no</p>	<p>Sustentabilidade é definida por este banco como "viver os nossos valores empresariais e princípios de negócios cruzando as necessidades da empresa com as dos nossos parceiros sociais, procurando proteger, segurar e engrandecer o capital humano, natural e financeiro necessário no futuro".</p> <p>Segundo o Presidente deste banco as práticas de sustentabilidade realizadas no âmbito das actividades do seu grupo de empresas, há alguns anos, envolvem diferentes parceiros sociais e dedica-lhe especial importância no domínio dos sectores público e privado. Destacam-se daí: servir</p>	<p>Sustentabilidade é assumida por este banco como uma união à preocupação pelo futuro e assim "As empresas devem garantir o crescimento cuidando dos recursos e do meio envolvente e favorecendo a sociedade". Tudo isso passa por um mapa geral de sustentabilidade incluindo a actividade empresarial (produtos, serviços e fornecedores), a sua estrutura (accionistas, tecnologia, governo corporativo, marca, recursos humanos e gestão de risco) e o seu meio envolvente (universidades, acção social e meio ambiente).</p> <p>Da carta do seu presidente destacamos que este banco</p>

Tabela 3.5 - Mensagem do Presidente - Destaques (cont.)

Caso Millennium, bcp	Caso ABN AMRO Bank Holding N.V.	Caso Santander Totta
<p>seio de uma sociedade cada vez mais informada” e “...constitui, mais do que uma mera exigência imposta por uma dinâmica de mercado, um factor de diferenciação estratégica e um imperativo de continuidade das organizações no longo prazo, que pode proporcionar melhor nível de vida às pessoas dentro e fora da empresa, influenciando positivamente a rendibilidade da empresa a longo prazo”.</p>	<p>melhor o cliente pela maximização do valor sustentável; usar transparência com os parceiros sociais, compromisso, responsabilidade e integridade operacional; publicar regularmente o relatório de sustentabilidade juntamente com o relatório e contas anuais conforme as <i>Guidelines</i> do GRI.</p>	<p>zela por apresentar os melhores padrões internacionais em termos de governo da sociedade e com respeito máximo pela transparência da actuação empresarial.</p> <p>Juntamente com o seu relatório anual é apresentado um relatório do Conselho de Administração sobre a responsabilidade social corporativa (RSC). Neste âmbito o presidente refere que há continuação do reforço do compromisso empresarial assumido para com os accionistas, clientes, colaboradores, a sociedade no seu conjunto e o ambiente.</p> <p>O investimento total (92 milhões de euros) realizado nesse ano de 2005 no âmbito da RSC foi orientado por requisitos de eficiência e eficácia idênticos aos que são exigidos em qualquer outro investimento. Nesse investimento é salientado o progresso social e económico por via do ensino superior e apoio ao ensino e à investigação nas universidades dos países onde estão instalados.</p> <p>Também merece destaque da carta do presidente a afirmação de que têm “uma excelente equipa de profissionais altamente pre-</p>

Tabela 3.5 - Mensagem do Presidente - Destaques (cont.)

Caso Millennium, bep	Caso ABN AMRO Bank Holding N.V.	Caso Santander Totta
		parados e motivados, que dispõem de carreiras profissionais de êxito e acesso aos melhores programas de formação contínua”.

Tabela 3.6 - Relatório de Sustentabilidade - Extensão e conteúdos

Caso Millennium, bep	Caso ABN AMRO Bank Holding N.V.	Caso Santander Totta
<p>O Relatório de Sustentabilidade (2005) deste Banco é apresentado com uma extensão de 102 páginas e inclui como temas principais dos seus capítulos: Visão e valores fundamentais que na definição da estratégia implica o estabelecimento de referenciais e valores que incorporem o respeito por todos os <i>Stakeholders</i>; concretizações e novas ambições, reconhecendo o que foi atingido e procurar incessantemente novos desafios, reforço e enfoque na criação de valor e na perpetuidade das instituições; relevância da Sustentabilidade, entendida como vantagem competitiva no seio de uma sociedade cada vez mais informada; diálogo com as partes interessadas, para conhecer, saber ouvir e comunicar dialogar com os <i>Stakeholders</i> - é essencial para criar, aperfeiçoar, evoluir e perdurar; rigor e transparência como</p>	<p>Observamos como capítulos principais do referido relatório (com 102 páginas): governo da sociedade; responsabilidade e transparência da informação; protecção dos activos; gestão de conflitos e estudo de casos; serviços financeiros responsáveis; empregador de referência; impacte ambiental e comunidades locais.</p> <p>Os seus objectivos prioritários são identificar riscos e gerar iniciativas de mudanças globais (produtos, processos, actividades, sistemas e estruturas organizacionais).</p>	<p>Observamos como capítulos principais do referido relatório (com 61 páginas): a mensagem do presidente, marcos históricos, organograma funcional, actividades realizadas, estrutura societária, visão e valores do Grupo Santander, números relevantes do Balanço e dos Resultados, política de responsabilidade social corporativa, mapa de sustentabilidade, plano de responsabilidade social corporativa que abrange a RSC do Grupo Santander, conhecimento e o ensino superior como pedras basilares, solidariedade social, meio ambiente, arte e cultura, saúde e desporto, clientes, accionistas, práticas de governo do banco, empregados, edifícios e fornecedores.</p>

Tabela 3.6 - Relatório de Sustentabilidade - Extensão e conteúdos (cont.)

Caso Millennium, bcp	Caso ABN AMRO Bank Holding N.V.	Caso Santander Totta
vocação de excelência conjugada com processos de decisão empresarial eficazes e estruturados, assentes em práticas de governação de referência; produtos e serviços com uma oferta abrangente, atenta e responsável, porque os clientes têm necessidades e comportamentos financeiros diversificados; um bom lugar para trabalhar porque sem colaboradores satisfeitos, motivados e leais não é possível ter clientes satisfeitos, fiéis e rentáveis, relacionados com o Banco de forma sustentada.		

Tabela 3.7 - Modelo organizacional e práticas operacionais

Caso Millennium, bcp	Caso ABN AMRO Bank Holding N.V.	Caso Santander Totta
No seu modelo organizacional este Banco inclui uma Comissão designada de “Relações Sociais e Sustentabilidade” na dependência directa do Conselho de Administração, o que consideramos muito apreciável para garantir a sua efectiva aplicação. Na parte final do Relatório é apresentada uma correspondência de indicadores de desempenho conforme a GRI e as práticas do <i>Millennium bcp</i> assim como a	A estrutura organizacional deste Banco inclui um comité que opera como um centro de diagnóstico específico para estudar e acompanhar questões relacionadas com valores empresariais, direitos humanos, responsabilidades ambientais, sociais e éticas. Os seus objectivos prioritários são identificar riscos e gerar iniciativas de mudanças globais (produtos, processos, actividades, sistemas e estruturas organizacionais).	Inclui um mapa geral de sustentabilidade contendo a actividade empresarial (produtos, serviços e fornecedores), a sua estrutura (accionistas, tecnologia, governo corporativo, marca, recursos humanos e gestão de risco) e o seu meio envolvente (universidades, acção social e meio ambiente).

Tabela 3.7 - Modelo organizacional e práticas operacionais (cont.)

Caso Millennium, bcp	Caso ABN AMRO Bank Holding N.V.	Caso Santander Totta
adequação aos Princípios do <i>UN Global Compact</i> das Nações Unidas.		

Tabela 3.8 - Indicadores de desempenho

Caso Millennium, bcp	Caso ABN AMRO Bank Holding N.V.	Caso Santander Totta
<p>Os indicadores de desempenho são comparados com os da GRI e incluem três dimensões principais: desempenho económico, desempenho ambiental e desempenho social.</p> <p>Todos os capítulos contêm desenvolvimento analítico de práticas realizadas, pela via de descrições mas também incluem indicadores numéricos onde predominam os valores estatísticos. Só alguns indicadores são referenciados com valores monetários (exemplos: valores de crédito social aos colaboradores, apoios à sociedade para variadas finalidades). Esses indicadores estão registados com valores absolutos e percentuais, comparados a dois anos consecutivos (2005-2004) e completados com gráficos. Eles medem a actividade bancária, colaboradores, donativos, patrocínios e ambiente. Observamos que, exceptuando os indicadores financeiros, há uma grande</p>	<p>Em todos esses capítulos são evidenciados indicadores de desempenho muito variados, comparáveis a dois anos consecutivos (2005-2004) e também entre países de implantação operacional. Esses indicadores são diferenciados por natureza financeira, social, ambiental e outros, e completados por variadas reflexões analíticas. Alguns dos indicadores sociais e ambientais têm expressão monetária (exemplos: custos de educação, investimento comunitário e patrocínios). A grande parte desses indicadores estão expressos em valores estatísticos (absolutos e percentuais) sempre completados com representações gráficas. Observamos que, exceptuando os indicadores financeiros, há uma grande ausência de valores numéricos que evidenciem tratamento contabilístico com representação financeira.</p>	<p>No final o relatório inclui um conjunto de indicadores de desempenho económico, social e ambiental, conforme a GRI.</p>

Tabela 3.8 - Indicadores de desempenho (cont.)

Caso Millennium, bcp	Caso ABN AMRO Bank Holding N.V.	Caso Santander Totta
<p>ausência de valores numéricos que evidenciem tratamento contabilístico com representação financeira.</p> <p>Esses indicadores de desempenho são comparados com os da GRI e incluem três dimensões principais: desempenho económico, desempenho ambiental e desempenho social. Todos os capítulos contêm desenvolvimento analítico de práticas realizadas, pela via de descrições mas também incluem indicadores numéricos onde predominam os valores estatísticos. Só alguns indicadores são referenciados com valores monetários (exemplos: valores de crédito social aos colaboradores, apoios à sociedade para variadas finalidades). Esses indicadores estão registados com valores absolutos e percentuais, comparados a dois anos consecutivos (2005-2004) e completados com gráficos. Eles medem a actividade bancária, colaboradores, donativos, patrocínios e ambiente. Observamos que, exceptuando os indicadores financeiros, há uma grande ausência de valores numéricos que evidenciem tratamento contabilístico com representação financeira.</p>		

Tabela 3.9 - Outros destaques

Caso Millennium, bcp	Caso ABN AMRO Bank Holding N.V.	Caso Santander Totta
<p>Merece destaque especial neste relatório a inclusão do relatório de verificação, emitido por revisores independentes, realizado de acordo com a ISAE 3000 - Norma Internacional sobre Trabalho de Garantia de Fiabilidade (<i>International Standard on Assurance Engagements 3000</i>). Consta desse relatório que os dados económicos e sociais evidenciados não merecem reservas materialmente relevantes.</p> <p>O objectivo determinante da empresa consiste em gerar riqueza, conciliando os interesses dos seus proprietários e dos restantes parceiros sociais. A sustentabilidade surge como uma vantagem competitiva acrescida para potenciar antecipação e análise de questões que se colocariam a longo prazo. É também destacado que a implementação de uma estratégia de sustentabilidade implica a identificação e gestão de riscos de longo prazo, numa contínua interacção com o meio envolvente, com predomínio dos aspectos social e ambiental.</p>	<p>Os grandes objectivos deste Banco orientam-se para criar e maximizar valores sustentáveis para os seus clientes e outros parceiros sociais.</p> <p>Nesses valores incluem-se a integridade, trabalho de equipa, respeito e profissionalismo. Acrescentam também a esses valores princípios de negócios que envolvem os empregados, accionistas, clientes, concorrentes, a sociedade e os cumprimentos legais. Isso é conseguido com práticas empresariais frequentes sob padrões de responsabilidade, integridade, profissionalismo e excelência.</p>	<p>As suas boas práticas de sustentabilidade foram reconhecidas por muitos parceiros sociais externos que lhe conferiram méritos e elevadas classificações pelas agências especializadas de <i>rating</i>, incluindo a <i>International Association for Impact Assessment Award</i> (IAIA) e mais recentemente a <i>World Environment Center Gold Medal Award</i>.</p>

Pela análise comparativa da informação divulgada pelos três bancos, como acabamos de evidenciar, destacamos:

- Todos eles adoptam políticas de sustentabilidade empresarial e aplicam-nas;
- Os seus Presidentes assumem a condução dessas políticas e mostram-se convictos das suas práticas e dos efeitos favoráveis para o seu negócio, desenvolvimento sustentável dos seus bancos e também da sociedade em geral;
- Os seus relatórios de sustentabilidade são valorizados pela sua extensão, diversidade de conteúdos informativos e fundamentação baseada em acções realizadas, no âmbito interno da empresa e no externo, a nível nacional e internacional;
- Todos os relatórios incluem informação quantificada sobre a grande parte das acções realizadas mas predomina a informação estatística e a de base contabilística é reduzida;
- Todos esses bancos incluem na sua estrutura organizacional um órgão específico relacionado com a sustentabilidade ou responsabilidade social;
- Também todos eles adoptam práticas operacionais orientadas para o apoio social, especialmente grupos sociais mais carenciados e ambiente;
- Os indicadores de desempenho sustentado seguem, na sua grande parte, as orientações da GRI mas nem todos os detalham exaustivamente;
- Todos os bancos valorizam a utilidade dos relatórios de sustentabilidade e a respectiva informação, no interesse de todos os parceiros sociais, incluindo colaboradores, clientes, investidores e a sociedade em geral; e
- Apenas um deles (*Millennium, bcp*) divulga relatório de verificação, emitido por revisores independentes e realizado de acordo com a ISAE 3000 (*International Standard on Assurance Engagements 3000*).

Na tabela seguinte apresentaremos um resumo dos principais conteúdos divulgados pelos bancos em análise, comprando-os com as Directrizes da GRI.

Tabela 3.9 - Comparabilidade dos conteúdos divulgados pelos bancos em análise

(Legenda: 1 = Informação Divulgada; 0 = Informação não divulgada).

Conteúdos do Relatório divulgados por estes bancos	<i>Millennium</i>	<i>Santander</i>	<i>ABN-AMRO</i>
Visão e estratégia	1	1	1
Declaração do Conselho de Administração ou do Presidente	1	1	1
Perfil organizacional	1	1	1
Âmbito do relatório	1	1	1
Perfil do relatório	1	1	1
Estrutura de governação	1	1	1
Participação das partes interessadas	1	1	1
Políticas abrangentes e sistemas de gestão	1	1	1
Índice do conteúdo da GRI	1	1	0
Indicadores de desempenho económico:			
-Clientes	1	1	0
-Fornecedores	1	1	0
-Colaboradores	1	1	0
-Investidores	1	1	0
-Sector Público	0	0	0
Indicadores de desempenho ambiental:			
-Materiais (papel/outros)	1	1	1
-Energia	1	1	1
-Água	1	1	1
-Biodiversidade	1	0	0
-Emissões, efluentes e resíduos	1	1	1
-Fornecedores	1	0	0
-Produtos e serviços	1	1	1
-Concordância	1	0	1
-Transportes	1	0	0

Tabela 3.9 - Comparabilidade dos conteúdos divulgados pelos bancos em análise (cont.)

(Legenda: 1 = Informação Divulgada; 0 = Informação não divulgada).

Conteúdos do Relatório divulgados por estes bancos	<i>Millennium</i>	<i>Santander</i>	<i>ABN-AMRO</i>
Indicadores de desempenho social:			
-Emprego	1	1	1
-Trabalho e relações laborais	1	1	1
-Saúde e segurança	1	1	1
-Formação e educação	1	1	1
-Diversidade e oportunidade	1	1	1
-Não-discriminação	1	1	1
-Liberdade de associação e de			
Negociação colectiva	1	1	1
-Trabalho infantil	1	1	1
-Trabalho forçado e compulsório	0	0	0
-Práticas de disciplina	0	0	0
-Práticas de segurança	1	1	1
-Direitos indígenas	1	1	1
-Comunidade	0	0	0
-Suborno e corrupção	1	1	1
-Contribuições políticas	1	0	1
-Concorrência e preços	0	0	0
-Saúde e segurança do Consumidor	0	0	0
-Produtos e serviços	0	1	1
-Publicidade	1	1	1
-Respeito da Privacidade	1	1	1

Da análise comparativa da tabela 3.9 concluímos:

- Estes três bancos são grandes seguidores dos conteúdos propostos nas Directrizes da GRI e fazem o respectivo relato em modo voluntário;
- Todos estes bancos divulgam informação diversa, abrangendo o seu envolvimento social em variados países e territórios onde exercem a sua actividade;
- O banco ABN AMRO destaca-se dos outros dois, nesse envolvimento, porque a sua rede de estabelecimentos é a mais diversificada e alargada quanto à sua implementação internacional. Este banco divulga um conjunto de conteúdos informativos

relacionados com os negócios sustentáveis, incluindo operações e transações comerciais de alto risco e relacionadas com os efeitos ambientais, sociais e éticos. Nessas práticas e decisões envolvem diferentes parceiros internos e externos para uma perspectiva global e definem referências sobre os sectores-chave para a sustentabilidade dos negócios. Tudo isso assenta numa filosofia de responsabilidade da empresa para aplicação de critérios de sustentabilidade nos negócios analisados e realizados. São apresentados valores estatísticos detalhados para evidenciar sectores de actividades envolvidos nestas preocupações, respectivos números de operações, aprovações e reprovações realizadas, em termos comparativos de base percentual.

No que respeita à informação financeira (IF) divulgada com suporte contabilístico, destacamos na tabela seguinte os conteúdos relatados pelos bancos, em análise comparativa.

Queremos destacar que os conteúdos expressos em valores contabilísticos estão divulgados por todos os bancos em modo comparativo entre os anos de 2004 e 2005. O ABN AMRO também divulga gráficos com valores percentuais destacados. Este último banco é o que divulga menos conteúdos informativos de base contabilística. Todavia, é o único banco que adiciona muitas chamadas de atenção aos leitores do seu Relatório de Sustentabilidade para a consulta de outras fontes, que têm informação complementar mais detalhada, nomeadamente no seu Relatório Anual 2005 e no *site* institucional.

Tabela 3.10 - Comparabilidade dos conteúdos divulgados com informação de base contabilística

(Legenda: 1=Informação divulgada; 0=informação não divulgada)

<i>Conteúdos divulgados por estes bancos, com valores contabilizados (em Euros)</i>	<i>Millennium</i>	<i>Santander</i>	<i>ABN-AMRO</i>
Activo total	1	1	1
Produto bancário	1	0	0
Crédito concedido a clientes	1	1	1
Recursos totais de clientes	1	1	0
Capitais Próprios + Int. Min. + Pass. subordinados	0	1	1
Lucro bruto	1	0	0
Total de fundos geridos	0	1	0
Resultado líquido	1	1	1
Capitalização bolsista	0	1	0
Resultado líquido por acção	0	1	1
Resultado atribuído ao grupo	0	1	0
Margem Financeira Estrita	0	1	0
Margem de serviços (Comissões + Outros Proveitos)	0	1	0
Actividade de seguros	0	1	0
Margem de exploração	0	1	0
Produto Bancário incluindo actividade de seguros	0	1	0
Resultado de Exploração	0	1	0
Resultados Antes de imposto	0	1	0
Impostos	1	0	1
Total de dividendos	1	0	0
Dividendo por acção	1	1	1
Valor económico acrescentado	1	0	0
Remunerações fixas/variáveis/benefícios	1	0	0
Formação anual	1	1	1
Pagamento a obrigacionistas	1	0	0
Patrocínios/Donativos	1	0	1
Crédito concedido a colaboradores, para fins sociais	1	0	0
Prémio de seguros	1	0	0
Apoios da Fundação <i>Millennium</i> a diversos programas sociais	1	0	0
Participação com Organizações Humanitárias	1	0	0
Relato por segmentos geográficos (crédito a clientes, recursos de clientes e contribuição líquida)	1	0	0
Gestão de activos socialmente responsáveis (fundos mobiliários e imobiliários)	1	0	1
Financiamento de projectos de interesse social	1	0	1
Investimento comunitário	0	0	1

3.5 Diagnóstico da situação actual

Destacamos o seguinte diagnóstico da situação actual das empresas objecto da nossa análise:

- O número de empresas aderentes à divulgação destes relatórios tende a aumentar, conforme *site* da BCSD Portugal (5 empresas em 2002 e à data da nossa observação contam-se já 83 empresas).
- Todas as 83 empresas constituintes da nossa amostra aderiram ao fórum BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável e às orientações da *GRI – Global Reporting Initiative*, internacionalmente aceites.
- Essas empresas pertencem a variados sectores de actividade económica incluindo-se o bancário (com maior expressão), telecomunicações, águas, electricidade, bebidas, construção civil, petróleos, cimentos, vias rodoviárias, transportes ferroviários e cafés.
- Cerca de 22% dessas empresas (18 empresas) já despertaram para a divulgação dos referidos relatórios mas nem todas o fazem em modelo desenvolvido e tendem a incluir essa informação nas suas DF.
- A grande parte dessas empresas, cerca de 50% (42 empresas) divulgam alguns conteúdos informativos mas dispersos, em forma descritiva mas muito reduzida. Divulgam esses conteúdos, umas vezes nas primeiras páginas dos seus *sites* e outras vezes nas suas páginas interiores.
- As restantes empresas, cerca de 28% (23 empresas), não divulgam qualquer informação sobre o nosso tema.
- Algumas empresas, incluindo os três bancos analisados, divulgam relatórios de sustentabilidade ou equiparados em modelo mais desenvolvido e próximo das orientações da GRI. Esses relatórios estão separados das DF e têm uma extensão com um total de páginas que varia no intervalo de 36 a 128 páginas.
- Os conteúdos de informação relatados são muito diversificados. Incluem indicadores de desempenho em modelo descritivo e numérico, sendo estes últimos maioritariamente estatísticos, representados em variados gráficos e quadros, comparativos a dois e três anos consecutivos. Os valores financeiros de base contabilística são muito reduzidos.

- Não há normativos contabilísticos geralmente aceites que sejam aplicáveis à preparação dos relatórios de sustentabilidade. Na sua ausência as empresas analisadas definem critérios próprios de aplicação baseados nas directrizes definidas pela GRI.
- Só alguns dos relatórios de sustentabilidade divulgados incluem relatório de verificação dos dados quantitativos, económicos e sociais e de certificação por empresas especializadas e independentes.
- Destacamos como melhores relatórios de sustentabilidade, considerando a diversidade, fundamentação e extensão de conteúdos informativos divulgados, as empresas do sector financeiro: ABN AMRO (sede: Holanda); *Millennium*, bcp (sede: Portugal); e Santander Totta (Sede: Espanha).
- As 83 empresas analisadas não constituem uma amostra significativa de todo o universo empresarial instalado em Portugal pelo que as nossas conclusões não poderão ser tomadas como uma amostra representativa do universo empresarial português. Todavia, parece-nos que essas empresas representam as melhores práticas, no âmbito do nosso tema de estudo, porque são consideradas relevantes e aderiram voluntariamente ao fórum BCSD Portugal e às orientações da *GRI*.

CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA INVESTIGAÇÃO FUTURA

Conclusões derivadas da revisão da literatura

Da revisão da literatura específica sobre o tema na nossa investigação destacamos:

- Os conceitos de sustentabilidade empresarial, responsabilidade social, desempenho sustentável, desenvolvimento sustentável e indicadores de desempenho sustentável tendem a ser muito utilizados no âmbito da informação empresarial e seu relato.
- A sociedade moderna está envolvida em grandes e progressivas mudanças que reclamam melhores níveis de qualidade e quantidade de informação empresarial.
- Essas carências informativas são reconhecidas por muitos e variados autores, académicos e profissionais, porque a sustentabilidade da empresa resulta de práticas operacionais relevantes de continuidade e desenvolvimento, em interacção regular com a sociedade em geral e seus parceiros específicos.
- O comportamento socialmente responsável da empresa, o seu compromisso de desenvolvimento social e a eficácia no cumprimento das suas funções económicas, sociais e ambientais tende a criar valor de longo prazo quando relatados e divulgados à sociedade. Por esse efeito o respectivo volume de negócios tende a aumentar e o nível de risco da empresa tende a diminuir.
- São beneficiários dessas práticas empresariais os seus proprietários, gestores, empregados, potenciais investidores, gestores de riscos, Estado e o público em geral.
- As grandes empresas, mais modernas e inovadoras, tendem a reconhecer a necessidade destas práticas e também começa a ser reconhecida idêntica necessidade de aplicação para as PME.
- Os normativos contabilísticos actualmente existentes não prevêem este tipo de relato informativo e então há iniciativas não governamentais que promovem a sua aplicação como é o caso da GRI.
- A informação divulgada por efeito dessas práticas não está totalmente baseada na contabilidade. Este tipo de informação tem reduzida expressão porque há muitos valores considerados intangí-

veis para os quais ainda não há critérios valorimétricos credíveis que permitam os adequados procedimentos contabilísticos.

- O sistema tradicional de contabilidade tende para uma grande remodelação, no sentido da sua adaptação às novas necessidades de informação empresarial, às suas características específicas de actividade, sua responsabilidade e participação no desenvolvimento global da sociedade. O relato e divulgação dessa informação torna-se então indispensável e em complemento das tradicionais DF.
- As grandes empresas, mais modernas e inovadoras, tendem a divulgar este modelo de relato de sustentabilidade, conforme as orientações da GRI e o seu número é crescente tanto em Portugal como no estrangeiro.

Conclusões derivadas do estudo exploratório comparativo

- O tema da sustentabilidade tende para uma alargada aceitação social incluindo empresas privadas e instituições públicas. As respectivas práticas parecem estar mais orientadas para acções de *marketing*.
- As práticas empresariais observadas nos relatórios de sustentabilidade analisados são consideradas escassas mas tendem para um certo crescimento que é influenciado por empresas com características mais inovadoras e com estratégias de modernização.
- Essas empresas parecem entender as novas necessidades de informação empresarial e preparam-se já para lhes dar resposta adequada e parecem entender que isso gera vantagens competitivas para o negócio da empresa, como evidenciado em estudos realizados por alguns autores, já identificados anteriormente.
- Os relatórios de sustentabilidade estão a ser publicados no nosso país por empresas de reconhecido mérito, como por exemplo algumas pertencentes aos sectores financeiro, cimentos e electricidade. Os melhores relatórios tendem a divulgar conteúdos informativos relacionados com as orientações propostas pela GRI. Desses conteúdos predominam os de natureza qualitativa e os de base contabilística são reduzidos.

As limitações deste nosso trabalho localizaram-se principalmente em duas razões que nos impediram de realizar uma análise mais abrangente e comparativa. Os relatórios das empresas analisadas nem sempre estavam acessíveis na *Internet*, por razões técnicas ou por acesso condicionado. Depois, os conteúdos informativos interessantes estavam divulgados com formatação e modo muito dispersos.

O actual contexto empresarial e social é turbulento porque ocorrem mudanças sucessivas de âmbito económico, político, social, cultural e técnico. Então, é indispensável melhorar a informação empresarial para que seja mais adequada às novas necessidades dos seus variados utilizadores e isso passa pela contabilidade.

A contabilidade, neste âmbito de desenvolvimento, tem o dever de assumir um papel mais activo e inovador para a criação de informação empresarial mais abrangente e útil para a sua gestão e para o exterior.

A nova sociedade empresarial precisa de acreditar e promover uma nova cultura de valores empresariais orientados para o bom desempenho da missão social da empresa e da sua sobrevivência no médio e longo prazo. Nesses valores incluímos a lealdade, a transparência da informação divulgada, o exacto cumprimento dos contratos estabelecidos, o assumir responsabilidades e a partilha da riqueza gerada. Neste contexto devem ser envolvidos diferentes agentes sociais destacando-se deles os grupos emissores de normas contabilísticas, os profissionais de contabilidade e também os próprios gestores empresariais.

Os objectivos que definimos no início deste nosso trabalho foram alcançados na sua quase totalidade e então confirmamos certas convicções preexistentes, nomeadamente:

- As diversas carências informativas existentes sobre o verdadeiro desempenho empresarial;
- A identificação de algumas soluções possíveis para responder a essas carências;
- A insuficiência dos normativos contabilísticos existentes para este tipo de relato;
- A existência de práticas de relato da sustentabilidade, divulgadas por certas empresas instaladas em Portugal que parecem ser mais inovadoras e predispostas a participarem, voluntariamente, na criação de melhores respostas informativas a esta nova sociedade.

O contributo deste nosso trabalho orienta-se dum modo especial para os académicos investigadores interessados nesta temática e os profissionais que partilhem destas novas necessidades de informação empresarial. Para eles dedicamos todo o nosso esforço de exploração de novos conceitos, conteúdos e práticas de informação julgados úteis à melhor compreensão do desempenho global e da situação patrimonial da empresa.

Sugestões para investigação futura

Para possível investigação futura, no âmbito do nosso tema, gostaríamos de apresentar as seguintes sugestões:

- Caracterizar e comparar o desenvolvimento sustentável das empresas por sectores de actividade económica.
- Identificar e comparar os indicadores de desempenho sustentável com os registos contabilísticos, por sectores económicos.
- Identificar a evolução das práticas da sustentabilidade empresarial, pela análise dos relatórios de gestão e dos testemunhos de apoio a esta temática manifestados pelos seus Presidentes ou equiparados.

Referências bibliográficas

- ABN AMRO Holding N.V. (2005): “Sustainability report 2005”.
Accountability-Institute of Social and Ethical Accountability (2001): “Social and Ethical Reporting”, <http://www.accountability.org.uk>, acessado em 19-07-2001.
- AECA - Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas (2002). “Directrices para la Gestión y Difusión de Información sobre Intangibles (Informe sobre Capital Intelectual”, *Proyecto Meritum*, <http://www.aeca.es/proyctomeritum/obra.htm>, acessado em 2/28/02.
- AECA - Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas (2003). “Sustainability Report 2003”.
- AECA - Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas (2004). Marco Conceptual de la Responsabilidad Social Corporativa. Documento nº 1 da AECA.
- AECA - Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas (2005): “Límites de la información de sostenibilidade: entidad, devengo y materialidad”. Documento nº 2 da AECA.
- APEE – Associação Portuguesa de Ética Empresarial (2006): “Práticas RS – Responsabilidade Social nas PME’s”. (www.apee.pt/apq-praticas-rs. Acessado em 31/05/2006).
- BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (2006): “Lista de Associados” reportados à data de 12/06/2006. www.bcsdportugal.org.
- Bento XVI (2007): “Exortação Apostólica Pós-Sinodal-Sacramento da Caridade”. Edit. Paulinas.
- Campos, Inés Moreno (1999): “La Información Contable sobre Intangibles: el caso del Capital Humano, evidencias empíricas”, *Tese de doutoramento em Administração e Direção de Empresas*, Universidade de Sevilha.
- Carvalho, J.B.C.; Martinez, V.P. e Pradas, L.T. (1999): “Temas de Contabilidade Pública”, Editora Rei dos Livros.
- Comissão da Comunidade Europeia (2001): “Livro Verde: Fomentar um marco europeu para a responsabilidade social das empresas”.
- DC 29 - Diretriz Contabilística nº 29: “Matérias Ambientais”.
- Drücker, Peter (1993): “Post-Capitalist Society”, Oxford, Butterworth, Heinemann.
- Drücker, Peter (2000): “As organizações sem fins lucrativos”.

Duarte, Domingos Silva (2002): “A Prestação de contas no âmbito do Relato Social da Empresa: Tendências internacionais e práticas em Portugal”. Tese de Mestrado, Universidade do Minho, Braga.

Duarte, Domingos Silva (2004): “Relato Social e Contabilidade da Empresa: carências e práticas actuais”. X Congresso de Contabilidade. Estoril, 24-26 Novembro, 2004.

Duarte, Domingos Silva (2006): “Relato Social e Contabilidade”. Revista de Contabilidade e Gestão. Revista Científica da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, nº 2, Março 2006, p. 51-81.

FASB - Financial Accounting Standard Board (1999): “Business Combinations and Intangibles Assets”, *Exposure Draft*, nº 201-A, Set., 1999.

FASB - Financial Accounting Standard Board (2001): “Goodwill and Other Intangible Assets”. Norwalk, Connecticut.

FASB - Financial Accounting Standard Board (2001a), *News Release* 01/29/01: “FASB Issues Report on Voluntary Disclosures, Improving Business Reporting: Insights into Enhancing Voluntary Disclosures.”, <http://accounting.rutgers.edu/raw/fasb/news/nr012901.html>, acessado em 23-02-2002.

Flamholtz, E.G. (1985): “Human Resource Accounting.”, Jossey-Bass Publishers.

Flamholtz, E.G. (1999a): “Human Resource Accounting-Advances in Concepts, Methods, and Applications”, Kluwer Academic Publishers, Third Edition.

Flamholtz, E.G. (1999b): “Current Issues, Recent Advancements and Future Directions in HRA.”, *Journal of Human Resources Costing and Accounting*, Vol. 4, nº 1, 1999, p. 11-20.

Gadea, J.A.L. (2001): “Manual de Contabilidad Internacional”, Ed. Pirámide, Madrid.

Gonzalo, José A. e Zorita, A.L.D. (1998): “Ética del Profesional Contable: Enfoques Individual y Social”, *VII Jornadas de Contabilidad e Auditoria*, Novembro, 1998, pp.15-59.

Gray, R. Owen e Maunders, K. (1996): “Corporate Social Reporting Accounting and Accountability”, Prentice Hall, London, 1987.

GRI-Global Reporting Initiative (2002a): “Sustainability Reporting Guidelines”, *ONG norte-americanas e Programa das Nações Unidas*.

GRI-Global Reporting Initiative (2002b): “Directrizes para elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade”. Versão portuguesa.

GRI-Global Reporting Initiative (2006): “G3 Release-Guidelines”. (www.grig3.org), accedido em 31/05/2006.

IASB - IAS (NIC) 38 (1998)- “Intangible Assets”. London.

IBASE - Instituto de Análises Sociais e Econômicas (2001): “Bal-
anço Social do Ibase. “, *Jornal Gazeta Mercantil*, 21/03/2001) e *In-
ternet* <http://www.ibase.org.br/paginas/balancoibase.html>, accedido em
31/05/2001.

IESE - Instituto de Estudios Superiores de la Empresa (2000):
“Las Empresas más solidarias tiene premio”, *Expansión. Madrid*, Outu-
bro, 2000.

Lamberton, Geoff (2005): “Sustainability accounting – a brief his-
tory and conceptual framework”. Accounting Forum. School of Ac-
counting. Southern Cross University/Austrália.

Millennium,bcp (2005): “Relatório de Sustentabilidade 2005”.

Moneva, J.M. e Llena, F. (1994): “Análisis de la información sobre
responsabilidad social en los informes anuales de las empresas cotizan-
tes”, *VI Encuentro ASEPUC*, Madrid, 1994.

Nafez, Abu-Baker e Kamal, Naser (2000): “Empirical evidence
on corporate social disclosure (CSD) practices in Jordan”, *International
Journal of Commerce & Management. Indiana.*, <*QProquest:All Col-
lections: Document .../pqdweb?Did=000000067967183&Fmt=...*>,
accedido em 16-10-2001.

Nevado, D. Peña, (1998): “La Auditoria de los Recursos Humanos:
Características y Desarrollos”, *Técnica Contable*, nº 589, pp.45-58.

Nevado, D. Peña, (1999a): “El Control de Gestión Renovado-
Factor humano y nuevos instrumentos de gestión empresarial”, *AECA-
Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas*.

Nevado, D. Peña, (1999b): “Control de Gestión Social: La audi-
toria de los Recursos Humanos.”, Universidad de Castilla-La Mancha,
Colección Monografías, nº 24.

Nevado, D. Peña, e Ruiz, V. R. L. (2000): “Cómo medir el capital
intelectual de una empresa?”, *Revista Partida Doble*, nº 115, Octubre,
2000.

Nevado, D. Peña, e Ruiz, V. R. L. (2002): “Indicadores del Capital
Intelectual: El caso de entidades de crédito”, *Revista Partida Doble*, nº
132, Abril, 2002.

Pons, A. (1996): “La información social sobre empleados”, *Par-
tida Doble*, nº 73, Dic., 1996, pp. 23-29.

APÊNDICE N.º 1

Listagem das empresas associadas do BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável - Reportada à data de 31/05/2006 – (Valores de negócios e activos em milhões de Euros)

N.º ord.	Designação da empresa	Sector económico (actividade principal)	Controlo accionista	Contas	Quadro Pessoal	Volume de negócios	Activos
1	Adp - Águas de Portugal, S.A.	Captação e distribuição de Águas	Portugal	CC	5 115	51, 069	735, 755
2	Alstom Portugal, S.A. (ano económico: 31/3/05 a 31/03/06)	Metalmecânica e metalúrgica de base	França	CC	69 594	13 413,000	18 408,000
3	Amorim Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.	Cortiça e Madeiras	ND	-	-	-	-
4	Ana Aeroportos de Portugal, S.A.	Serviços	Portugal	CI	1 388	247 207, 229	822 417, 308
5	Asea Brown Boveri, S.A.	Energia e automação	Suíça	CI	500	90 000,000	ND
7	BA Vidro, S.A.	Minerais metálicos e não metálicos	Portugal	CI	630	119, 566	243, 375
8	Bakteria-Consultadoria e Design Sociedade Unipessoal, Ldª	Serviços Publicidade e Marketing	ND	-	-	-	-
9	Bial – Portela & C.ª, S.A.	Indústria Farmacêutica	Portugal	CI	203	76, 644	94, 023
10	Brisa – Auto Estradas de Portugal, S.A.	Serviços	Portugal	CI	1 767	518, 761	4 726, 122
11	Celulose Beira Industrial (CELBI), S.A.	Indústria de celulose e papel	Portugal	CI	345	123, 658	215, 311
12	Cepsa Portuguesa Petróleos, S.A.	Distribuição de Combustíveis	Espanha	CI	151	677, 616	270 916

Listagem das empresas associadas do BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável - Reportada à data de 31/05/2006 – (Valores de negócios e activos em milhões de Euros) (cont.)

Nº ord.	Designação da empresa	Sector económico (actividade principal)	Controlo accionista	Contas	Quadro Pessoal	Vólume de negócios	Activos
13	Cifal, S.G.P.S., S.A.	Indústria sanitários	Portugal	ND	-	-	-
14	Cimpor Portugal, S.A.	Minerais metálicos/não metálicos	Portugal	CI	656	373, 891	434, 585
15	Companhia das Lezírias, S.A.	Agropecuária	Portugal	CI	91	2 605,000	39 943,000
17	Companhia IBM Portuguesa, S.A.	Comércio electro-elec-trónico	EUA	CI	502	270, 311	171, 041
18	CP – Caminhos de Ferro Portugueses, S.A.	Transportes e distribuição	Portugal	CI	4 572	244, 990	1 459, 009
19	CTT – Correios de Portugal, S.A.	Serviços	Portugal	CI	16 379	762, 159	ND
20	Companhia União Fabril, S.A.	Indústria química	Portugal	CI	306	150, 075	149, 442
21	Dalkia, S.G.P.S., S.A.	Serviços	França	CC	47 000	ND	ND
22	Danone Portugal, S.A.	Agro-indústria	Espanha	CI	326	181, 049	103, 442
23	Deloitte & Touche Quality Firm, S.A.	Serviços	ND	-	-	-	-
24	Delta Cafés, S.G.P.S., S.A.	Agro-Indústria	Portugal	ND	-	-	-
-	Edia – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.	Recursos Hídricos	Portugal	CI	103	ND	1 138,762
26	Edifer, S.A.	Indústria da Construção	Portugal	CI	ND	ND	ND

Listagem das empresas associadas do BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável - Reportada à data de 31/05/2006 – (Valores de negócios e activos em milhões de Euros) (cont.)

Nº ord.	Designação da empresa	Sector económico (actividade principal)	Controlo accionista	Contas	Quadro Pessoal	Volume de negócios	Activos
27	EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.	Recursos Mineiros	Portugal	ND	-	-	-
28	EDP – Energias de Portugal, S.A.	Distribuição de Electricidade	Portugal	CC	14 235	9 677,000	21 637,100
29	EFACEC – Capital, S.G.P.S., S.A.	Serviços	Portugal	CC	2 292	335,100	352,000
30	ERICSSON – Telecomunicações, S.A.	Comércio electro-electrónico	Suécia	CI	261	155, 715	86 918, 516
31	Ernst & Young, S.A.	Serviços	ND	-	-	-	-
32	Ferpinta – Indústria de Tubos de Aço de Fernando Pinho Teixeira, S.A.	Indústria metalomecânica	Portugal	CI	270	130, 094	88 570, 771
33	Galp Energia, S.G.P.S., S.A.	Distribuição de Combustíveis	Portugal	CC	5 909	11 126,563	6 299,000
34	Grupo Luís Simões, S.A.	Transportes	Portugal	CC	1 350	ND	ND
35	Grupo Gestip, S.A.	Imobiliária	ND	-	-	-	-
36	Grupo Portucel Soporcel, S.A.	Indústria celulose e papel	Portugal	CC	ND	1 029,1	ND
37	Heidrick & Struggles – Consultores de Gestão, Lda ^a	Serviços	EUA	ND	-	-	-
38	Hidroprojecto, S.A.	Serviços	ND	-	-	-	-
39	Informa D & B Sociedade Unipessoal, Lda ^a	Serviços	ND	-	-	-	-

Listagem das empresas associadas do BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável - Reportada à data de 31/05/2006 – (Valores de negócios e activos em milhões de Euros) (cont.)

N.º ord.	Designação da empresa	Sector económico (actividade principal)	Controlo accionista	Contas	Quadro Pessoal	Volume de negócios	Activos
-	Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A.	Distribuição alimentar	Portugal	ND	30 000	ND	ND
41	KPMG Auditores, S.A.	Serviços	Suiça	CC	113 000	ND	ND
42	Lactogal – Produtos Alimentares, S.A.	Indústria	Portugal	CI	1 713	684, 745	424, 486
43	LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto, S.A.	Indústria	Portugal	CI	ND	ND	234,648
44	Metropolitano de Lisboa, S.A.	Transportes e distribuição	Portugal	CI	1 682	51, 284	3 399,883
45	Microsoft Portugal, S.A.	Serviços	ND	-	-	-	-
46	Mota Engil, S.G.P.S., S.A.	Construção	Portugal	CC	15 938	1 381,000	1 645,295
47	Nestlé Portugal, S.A.	Agro-Indústria	Suiça	CI	1 328	451, 181	222, 220
48	Nutrinveste, S.G.P.S., S.A.	Indústria	ND	-	-	-	-
49	Opel Portugal – Comércio e Indústria de Automóveis, S.A.	Comércio/Indústria	ND	-	-	-	-
50	Parque Expo'98, S.A.	Serviços	Portugal	CI	308	47, 369	549, 563
51	Price WaterhouseCoopers, S.A.	Serviços	ND	-	-	-	-
52	ProCME – Gestão Global de Empresas, S.A.	Serviços	Portugal	CC	1 600	230,000	ND

Listagem das empresas associadas do BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável - Reportada à data de 31/05/2006 – (Valores de negócios e activos em milhões de Euros) (cont.)

Nº ord.	Designação da empresa	Sector económico (actividade principal)	Controlo accionista	Contas	Quadro Pessoal	Volume de negócios	Activos
53	Portugal Telecom, S.A.	Telecomunicações	Portugal	CC	32 058	6 385,418	16 643,100
54	Refer, E.P.	Serviços	Portugal	CC	4 024	159,093	6 500,252
55	REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A.	Distribuição água, electricidade e gás	Portugal	CI	583	2 887,056	2 974, 811
56	Repsol Ypf, S.A.	Distribuição de Combustíveis	Espanha	CC	35 909	ND	ND
57	Gallovidro, S.A.	Indústria do vidro	Espanha	CI	379	55 694, 926	65 516, 143
58	Sair da Casca – Comunicação e Responsabilidade Social, L.dª	Serviços	ND	-	-	-	-
59	Salvador Caetano, S.A.	Comércio de veículos automóveis	Portugal	CI	831	363,451	257,608
60	Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Indústria	Portugal	CI	2 294	461,000	799,000
61	Selenis – Indústria de Polímeros, S.A.	Indústria	Espanha	CI	169	76 440, 248	56 054, 850
62	SGS Portugal, S.A.	Recursos hídricos	Suíça	CC	42 000	ND	ND
63	Siderurgia Nacional – Empresa de Serviços, S.A.	Indústria	ND	-	-	-	-
64	Solvay Portugal, Ldª	Indústria	Bélgica	CC	31 400	8 700,000	ND
65	Solverde, S.A.	Hotelaria e restauração	Portugal	CI	1 219	106, 611	203, 901

Listagem das empresas associadas do BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável - Reportada à data de 31/05/2006 – (Valores de negócios e activos em milhões de Euros) (cont.)

Nº ord.	Designação da empresa	Sector económico (actividade principal)	Controlo accionista	Contas	Quadro Pessoal	Volume de negócios	Activos
66	Somague, -lignere-Concessões de Infra-estruturas, S.A.	Construção	Espanha	CI	12	2,883	88,258
67	Somincor – Sociedade Mineira de Neves Corvo, S.A.	Indústria extractiva	Canadá	CI	798	256,594	365,468
68	SONAE, S.G.P.S., S.A.	Serviços	Portugal	CC	32 400	6 392,000	6 306,688
69	Sony Portugal, Ldª	Comércio	Japão	CC	151 400	ND	ND
70	Sopol – Sociedade Geral de Construções e Obras Públicas, S.A.	Construção	Portugal	CI	262	106,712	68,785
71	SUMOLIS – Companhia Industrial de Frutas e Bebidas, S.A.	Indústria de produtos alimentares	Portugal	CI	1 200	166,146	171,479
72	Tetra Pak Portugal, S.A.	Indústria	Suécia	CC	20 000	ND	ND
73	Unicer – Bebidas de Portugal, S.G.P.S., S.A.	Indústria alimentar e distribuição	Portugal	CC	2 283	442,961	513,481
74	Vodafone Portugal, S.A. (em 31/03/2006)	Telecomunicações	Portugal	CI	1 725	1 183,000	1 387,249
75	Vulcano Termodomésticos, S.A.	Indústria de material eléctrico	Alemanha	CI	1 060	209,646	195,529
Crédito concedido							
76	ABN. AMRO Bank, NV	Banca	Holanda	CC	97 523	380 248,000	880 804,000
77	Banco BPI, S.A.	Banca	Portugal	CI	6 316	24 429,217	26 535,196

Listagem das empresas associadas do BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável - Reportada à data de 31/05/2006 – (Valores em milhões de Euros) (cont.)

Nº ord.	Designação da empresa	Sector económico (actividade principal)	Controlo accionista	Contas	Quadro Pessoal	Volume de negócios	Activos
78	Banco Comercial Português - Millennium	Banca	Portugal	CI	11 510	52 909,100	76 849,600
79	Banif-Banco Internacional do Funchal, S.A.	Banca	Portugal	CI	1 618	6 885, 650	5 957,800
80	Banco Santander Totta	Banca	Espanha	CI	6 231	27 153,000	36 225,000
81	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Banca	Portugal	CI	20 778	55 188, 878	82 407, 926
82	Espirito Santo Resources, S.A.	Serviços Financeiros	Portugal	ND	-	-	-
83	Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentares, S.A.	Serviços Financeiros	Portugal	ND	-	-	-
Prémios brutos emitidos							
6	Axa Portugal	Seguros	França	CC	110 000	72 000,000	1 064 000,000
16	Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.	Seguros	ND	-	-	-	-
83	Total de empresas da nossa amostra						

Legenda:

ND (informação não disponível); CC (Contas consolidadas); CI (Contas Individuais); (**) valores em milhões de USD);

Fontes de informação: Revista Exame-Edição Especial 2006 , “500 Maiores & Melhores”; Revista Jornal de Notícias-Edição 2006 :

“1 000 + rentáveis”; e sites institucionais das empresas analisada